



PUC

DEPARTAMENTO DE DIREITO

**MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS NO RIO DE
JANEIRO: AMEFRICANIDADE,
INTERSECCIONALIDADE E A IMPLEMENTAÇÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONSTITUINTE DE 1988**

Por

ELLEN MENDONÇA SILVA DOS SANTOS

ORIENTADORA: THULA RAFAELA DE OLIVEIRA PIRES

2015.2

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 225 - CEP 22453-900

RIO DE JANEIRO – BRASIL

**MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS NO
RIO DE JANEIRO: AMEFRICANIDADE,
INTERSECCIONALIDADE E A
IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS NA CONSTITUINTE DE 1988**

Por

ELLEN MENDONÇA SILVA DOS SANTOS

Monografia apresentada ao
Departamento de Direito da Pontifícia
Universidade Católica do Rio de
Janeiro (PUC-Rio) como requisito
parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Direito.

Orientadora: Thula Rafaela de Oliveira
Pires

2015.2

DEDICATÓRIA

As minhas meninas: Cristina, Renata, Elizabeth e vó Mary.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primordialmente a minha mãe, Cristina Mendonça, por ter me concedido à vida e o direito e o privilégio da escolha, escolher acreditar em um ser supremo, escolher a escolaridade, escolher os meus amigos e minhas amigas, escolher os meus gostos, escolher meus posicionamentos políticos e sociais, escolher amar e ser amada e por todos os projetos que mesmo não concordando, num primeiro momento, sempre manteve o respeito a minha autonomia e sempre esteve ao meu lado. Eu te amo muito, Mimy, você é meu melhor presente nesse plano.

Agradeço à matriarca da minha família, vó Maria, pelo incentivo ao estudo, o respeito à diversidade e o orgulho e afirmação da ancestralidade. Como também por todas as histórias e os ensinamentos contados, ao trançar os meus cabelos. Sua imagem e sua voz, até hoje, estão presentes em minha memória afetiva, me incentivando a seguir adiante.

Agradeço aos meus familiares nas figuras da minha irmã Renata, da minha avó Elizabeth, da minha tia Elza e do meu tio Junior.

Parafraseando o cancionário popular, agradeço aos meus amigos e as minhas amigas, que gostam de mim, apesar de mim e também por todos os debates existenciais, feministas e antirracistas: Fabio, Marcos, Coco, Angela, Carol, Paulo, Claudio, Anna, Natalia, Lillian, Vanessa, Laura, Margarete e Roberta. Não menos importante, abraço e agradeço a minha turma querida e inesquecível a HX 2009.2.

Minha eterna gratidão ao Padre Renato e ao Vice-Reitor professor Augusto, sem vocês esse sonho também não seria possível.

Agradeço também aos movimentos sociais e a todos e a todas, na pluralidade de etnias existentes nesse país, que ajudaram a construir e afirmar quem eu sou: Contra Corrente, Coletivo de Mulheres PUC-Rio, Coletivo Nuvem Negra e Brigada de Solidariedade a Cuba.

Agradeço aos grandes mestres e mestras que tive em minha vida, na infância e adolescência, professora irmã Judith e professor Antônio Carlos. Na graduação, o meu muito obrigada, aos mestres e as mestras, na figura da minha professora e orientadora, Thula Pires, a materialidade de que a representatividade e a intelectualidade têm muita importância, me mostrando a afroperspectividade da história do Brasil na pesquisa de iniciação científica e que aceitou e embarcou comigo nesse desafio final.

Agradeço aos queridos Douglas, Tião e Neto, do Departamento de Direito, vocês são únicos e incríveis. E também ao pessoal da xerox CAEL.

Agradeço a todos os funcionários e a todas as funcionárias da PUC, das lanchonetes da faculdade, do supermercado, da portaria do prédio, dos restaurantes, na figura do meu amigo e porteiro, Silvo, por se preocuparem comigo, com os meus estudos, por perguntarem se eu estava me alimentando bem, por me distraírem com suas histórias, me dando muito carinho e me ajudando nos momentos em que eu mais precisava, enquanto estava longe da minha família.

Por fim, agradeço ao Movimento Negro e ao Movimento de Mulheres Negras por toda luta e dedicação a uma sociedade mais igualitária e justa. Como também a Azoilda Loretto, por suas palavras e olhares tão significativos.

Resumo

O presente trabalho realiza uma análise descolonial do Movimento de Mulheres Negras do estado do Rio de Janeiro na Constituinte de 1988, através da afroperspectiva do pensar. Ao ser feito o recorte racial e de gênero nesse período, se buscou aliar a ciência jurídica com outras áreas das humanidades: na compreensão dos processos históricos, na desconstrução do mito da democracia racial, nas mobilizações populares, no ativismo político, nos anseios e no protagonismo das atrizes envolvidas.

Palavras-chave:

Movimento de Mulheres Negras; Constituinte de 1988; amefricanidade; feminismo negro; direitos humanos.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	0
2. MEU SANGUE LATINO	11
2.1 Amefricanidade e a busca por um feminismo latino-americano	11
2.2. A proposta de interseccionalidade no Movimento de Mulheres Negras brasileiras	14
3. A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS NOS ANOS 70 E 80 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	19
3.1. Conselho Nacional da Mulher Negra	20
3.2. Coletivos de Mulheres Negras no estado do Rio de Janeiro nos anos 70 e 80	21
3.3. Participação e visibilidade dos movimentos de mulheres negras em eventos	32
4. MULHERES NEGRAS ORGANIZADAS E A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	36
4.1 Mobilizações, participações e as principais lideranças das mulheres negras do estado do Rio de Janeiro na Constituinte de 1988	37
4.2 O protagonismo, as demandas, a interseccionalidade e as conquistas das mulheres negras do estado do Rio de Janeiro na Assembléia Nacional Constituinte de 1988.....	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
6. BIBLIOGRAFIA	52
ANEXOS	58

Lista De Siglas

ARENA – ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL

CAEL – CENTRO ACADÊMICO EDUARDO LUSTOSA

CEMUFPP – COLETIVO DE MULHERES DE FAVELA E PERIFERIA

FRENAPO – FRENTE NEGRA DE AÇÃO POLÍTICA DE OPOSIÇÃO

MDB – MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

MNU – MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO CONTRA
DISCRIMINAÇÃO RACIAL

NZINGA - NZINGA: COLETIVO DE MULHERES NEGRAS / RJ

IPCN – INSTITUTO DE PESQUISA DAS CULTURAS NEGRAS

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

PDT – PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PFL – PARTIDO FRENTE LIBERAL

PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES

PUC-RIO – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE
JANEIRO

REMUNEA – REUNIÃO DE MULHERES NEGRAS AQUALTUNE

SINBA – JORNAL DA SOCIEDADE DE INTERCÂMBIO BRASIL-
ÁFRICA

1. INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da história do Brasil, temos contato diretamente com a visão dos colonizadores a respeito dos povos que habitavam esse solo e os que foram arrancados do continente africano e trazidos na condição de escravos. Um ideário idílico, fundado na concepção de que somos um país mestiço, em que todas as etnias vivem em harmonia. O mesmo foi propagado de geração em geração, afetando diretamente as obras e publicações de leitura obrigatória, que devemos ler e ter conhecimento ao logo de nossa vida, como também a imagem que temos de nós mesmos e de nossos ancestrais, denominado como racismo epistemológico.

Ao falar de nós, me refiro à comunidade negra, os afro-brasileiros, as vozes que foram e são silenciadas diariamente, sendo importante frisar que esse trabalho tem um objetivo bem nítido: de visibilizar as mulheres negras, suas “escre(vivências)”¹ e as obras que as colocaram como protagonistas e solidárias com as pautas das mesmas. A respeito da bibliografia foi utilizado um material vasto de diversas áreas do saber: Direito, Filosofia, Sociologia, Psicologia, História, Antropologia, dentre outras. Com relação à busca da memória do Movimento de Mulheres Negras no estado do Rio de Janeiro foram realizadas pesquisas de fontes primárias e da mídia impressa nos arquivos públicos da cidade, e assistidas as filmografias do acervo CULTNE.

Desde já, reitero o meu compromisso acadêmico, social e de vida com a diáspora africana e com a Lei nº 10.639 de 2003, sobre a inclusão do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas instituições educacionais, pleito dos Movimentos Negros apresentados na Constituinte de 1988 (ANEXO IV).

¹ Escre(vivência) é um termo utilizado pela poetisa Conceição Evaristo, que traz a ideia de que a escrita perpassa a existência no mundo e que o ato de escrever implica a expressão das experiências de tudo o que foi vivenciado de um “lugar social e étnico”.

A partir do que foi mencionado anteriormente, ao usar a primeira pessoa, seja no singular ou no plural, não estou rompendo com a Academia e sim, dialogando com o pensamento de intelectuais negras como, bell hooks² (1995) ao destacar que a vida intelectual de mulheres negras não viabiliza a subjetividade e sim, enfatiza a ligação com a comunidade, onde pessoas historicamente exploradas descolonizariam suas mentes, deixando de ser objeto para serem sujeitos de suas falas (hooks, 1995, p. 466). E Lélia González³ (2000), com seus estudos de Psicanálise e Lógica, afirmou

“na medida em que nós, negros, estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação...o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados...que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.” (GONZALEZ *Apud* BAIRROS, 2000, p. 52)

Nessa medida, esse trabalho é um veículo de protagonismo das falas das mulheres negras, onde é realizado um transporte da memória e preservação dessas vozes para o campo do Direito.

É importante salientar que a afrocentricidade “não pretende universalizar sua perspectiva; mas, explicita que não devemos esquecer nosso endereço cultural, histórico e ancestral.” (NOGUEIRA, 2015, p. 42)

O trabalho de conclusão de curso foi dividido em três capítulos permeados no protagonismo de mulheres negras no fazer política no sentido amplo, mulheres negras como sujeitos ativos e protagonista na temática jurídica e na desconstrução do pensamento colonialista.

No capítulo 2 são trabalhados os conceitos teóricos acerca do feminismo latino-americano e amefricanidade, trazendo a perspectiva pós-colonial da América Latina (GONZALEZ, 1988), do extermínio dos povos indígenas e a resistência das etnias colonizadas, no entendimento dos processos históricos e do afrontamento ao mito da democracia racial. Como

² bell hooks, é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, escritora negra estadunidense, escrito propositalmente com letras minúsculas.

³ Lélia González foi uma intelectual negra, militante do Movimento Negro e do Movimento de Mulheres Negras e diretora do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio.

também a face interseccional do feminismo negro e a sua autonomia organizacional.

O capítulo 3 trata do Movimento de Mulheres Negras no estado do Rio de Janeiro nos anos 70 e nos anos 80, quem eram esses coletivos, quem eram essas mulheres, quais eram as articulações, se tinham uma agenda políticas e as participações em encontros feministas.

O capítulo 4, especificamente, se atem as mulheres negras organizadas e voltadas para mobilizações a nível estadual e nacional, nas articulações nos movimentos sociais, na militância cotidiana, nas eleições e nos eventos pré-constituente e como atrizes na Constituinte de 1988.

Nas considerações finais são apresentadas a historiografia da pesquisa, as impressões sobre o trabalho e a importância de se tornar visível a participação das mulheres negras na construção democrática do país.

2. MEU SANGUE LATINO

2.1 Amefricanidade e a busca por um feminismo latino-americano

*Enquanto o couro do chicote cortava a
carne,
A dor metabolizada fortificava o caráter,
A colônia produziu muito mais que
cativos,
Fez heroínas que pra não gerar escravos
matavam os filhos,
Não fomos vencidas pela anulação
social,
Sobrevivemos à ausência na novela, no
comercial,
O sistema pode até me transformar em
empregada,
Mas não pode me fazer raciocinar como
criada,
Enquanto mulheres convencionais lutam
contra o machismo,
As negras duelam pra vencer o
machismo, o preconceito, o racismo;
Lutam pra reverter o processo de
aniquilação,
Que encarcera afrodescendentes em
cubículos na prisão.
(Música Mulheres Negras interpretada
por Yazalú)*

No Brasil ainda em pleno século XXI, prevalece o mito da democracia racial que tenta de toda forma homogeneizar a sociedade e determinar a visão colonizadora como a voz científica e protagonista para contar a história das pessoas que vivem por aqui. Essa visão esconde diversos acontecimentos e as perspectivas das outras etnias sobre os processos de conquistas que ocorreram na América Latina.

Sueli Carneiro (2011), feminista negra, tendo em vista o processo histórico destaca:

“no Brasil e na América Latina, a violação cultural perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências.” (CARNEIRO, 2011, p. 01)

Ao ser afirmado pelo senso comum a máxima “somos uma nação em que todas as etnias vivem em harmonia” são anuladas uma série de fatos e significados de violências físicas e simbólicas passados pelos primeiros habitantes dessas terras e por aqueles que foram trazidos como escravos. Desta forma, é importante ter em mente que existe uma diferença muito grande em ir para outro país como imigrante e com oportunidades de ascensão social e em contraponto, ser escravizado e arrastado para o mesmo país, sem nenhuma expectativa de futuridade. É importante evidenciar que a mestiçagem nada mais é do que o estupro de milhares de mulheres negras e indígenas, não fruto do amor e da tolerância das diferenças étnicas, até porque ser diferente em dias atuais, não é concebível, pois a cultura ocidental, branca, capitalista e patriarcal visa à homogeneização das etnias minoritárias ao padrão eurocêntrico e exclui as pessoas que não estão inseridas no mesmo.

Segundo Cláudia Pons (2014):

“a amefricanidade categoria criada por Lélia Gonzalez nos anos de 1980, que se insere na perspectiva pós-colonial, surge no contexto traçado tanto pela diáspora negra quanto pelo extermínio da população indígena das Américas e recupera as histórias de resistência e luta dos povos colonizados contra as violências geradas pela colonialidade do poder. Na verdade, a proposta de Lélia Gonzalez é epistemológica, pois, do ponto de vista da amefricanidade propõe a abordagem interligada do “racismo, colonialismo, imperialismo e seus efeitos.” (PONS, 2014, p. 970)

Lélia Gonzalez (1988) ao avaliar toda a formação histórica da América Latina, termo usado pela mesma, que demonstrava a influência dos ameríndios e africanos na cultura brasileira, propõe uma nova maneira de se pensar a afrocentricidade e cria a categoria de amefricanidade:

“É interessante observar alguém que sai do Brasil, por exemplo, dizer que está indo para ‘a América’. É que todos nós, de qualquer região do continente, efetuamos a mesma reprodução, perpetuamos o imperialismo dos Estados Unidos, chamando seus habitantes de ‘americanos’. E nós, o que somos, asiáticos?”

Quanto a nós, negros, como podemos atingir uma consciência efetiva de nós mesmos, enquanto descendentes de africanos, se permanecemos prisioneiros, ‘cativo de uma linguagem racista’? Por isso mesmo, em contraposição aos termos supracitados, eu proponho o de amefricanos (“Amefricans”) para designar a todos nós (Gonzalez, 1988c).” (GONZALEZ, 1988, p. 76)

A autora (1988) prossegue:

“Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos yorubá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido de construção de toda uma identidade étnica.” (GONZALEZ, 1988, p. 76).

Na visão de Cláudia Pons (2014), Lélia Gonzalez:

“ao propor categorias próprias para pensar a história dos afro-ameríndias/os, aposta no desprendimento do conhecimento europeu e aponta para a descolonização das estruturas de poder que mantêm a colonialidade do saber, usando categorias fundadas a partir da cultura negra.” (PONS, 2014, p. 972)

Ao analisar a categoria de gênero na obra de Lélia Gonzalez, “o tornar-se negra” (PONS, 2014, p. 973) se estrutura no pensamento e na recusa do olhar do outro, já que o processo de construção social e cultural de todas as mulheres não é o mesmo (PONS, 2014):

“[...] quando esta [Simone de Beauvoir] afirma que a gente não nasce mulher, mas que a gente se torna (costumo retomar essa linha de pensamento no sentido da questão racial: a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha, etc., mas tornar-se negra é uma conquista). Se a gente não nasce mulher, é porque a gente nasce fêmea, de acordo com a tradição ideológica supracitada: afinal, essa tradição tem muito a ver com os valores ocidentais.” (GONZALEZ *Apud* PONS, 2014, p. 973)

Tendo como premissa a descolonização do pensamento e a construção de um feminismo em que mulheres de diversas etnias possam se reconhecer, Sueli Carneiro (2011) elucida:

“Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas...Mulheres que não entenderam nada, quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação.” (CARNEIRO, 2011, p. 01, p. 02)

Ochy Curiel (2002), feminista negra da República Dominicana, define o Movimento de Mulheres Negras:

“O movimento de mulheres negras nasce articulando ‘raça’, gênero, classe e sexualidade como categorias políticas para explicar as realidades das mulheres negras frente ao racismo, sexismo, classismo e heterossexismo. A política de identidade tem sido uma das estratégias prioritárias dos grupos e coletivos que se dedicam a combater estes sistemas de dominação. Consiste em uma série de ações que buscam reafirmar uma subjetividade contextualizada nos efeitos de feitos históricos tais como a colonização e a escravidão que fazem o “ser negra” uma situação desvalorizada, depreciada e muitas vezes negada.” (CURIEL, 2002, p. 97)

Ao ser proposto um feminismo latino-americano, a pretensão ao longo do capítulo foi visibilizar as mulheres que se dedicaram a demonstrar a perspectiva de uma solidariedade e reconhecimento de si e de sua etnia, a desconstrução de um olhar colonizador e homogêneo, colocando-as como protagonistas de suas histórias, deixando de lado em suas obras o racismo epistêmico, o paternalismo e romantismo acerca dos processos históricos e de dominação. É preciso dizer que certa especificidade como o racismo, pertence a minorias étnicas e só essas mulheres poderão falar por si, de algo que condiciona sua existência pessoal, social, de sua ancestralidade e de sua futuridade.

2.2. A proposta de interseccionalidade no Movimento de Mulheres Negras brasileiras

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para

isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher?

(Discurso de Sojourner Truth em 1851)

Lélia Gonzalez, como militante do Movimento de Mulheres Negras, tinha críticas ao “feminismo como teoria e prática, mesmo reconhecendo a existência de feministas comprometidas com a questão racial – a quem chamava de irmãs” (BAIROS, 2000, p. 54). Numa entrevista ao Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado de 1991 revela:

“No meio do movimento das mulheres brancas, eu sou a criadora de caso, porque elas não conseguiram me cooptar. No interior do movimento havia um discurso estabelecido com relação às mulheres negras, um estereótipo. As mulheres negras são agressivas, são criadoras de caso, não dá para a gente dialogar com elas, etc. E eu me enquadrei legal nessa perspectiva aí, porque para elas a mulher negra tinha que ser, antes de tudo, uma feminista de quatro costados, preocupada com as questões que elas estavam colocando.” (JORNAL NACIONAL DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO, 1991, p. 09)

O Movimento Feminista dos anos 70 e anos 80, não conseguia compreender que as mulheres brasileiras eram plurais em sua diversidade étnica e de classe social: mulheres indígenas, negras, camponesas, de sindicato, de associações de moradores, de favelas e periferias, entre outras.

Cláudia Pons (2014) ao se referir sobre a intersecção de gênero e raça/etnia se debruça no pensamento de Lélia Gonzalez para criticar o patriarcado universal:

“Lélia Gonzalez antecipa o debate atual sobre a universalidade da categoria mulher e as relações de gênero decorrentes desta concepção, ao defender a existência de uma dimensão de discriminação, de violência e de exclusão, invisível às abordagens de gênero desvinculadas de raça/etnia. Tal dimensão é identificável somente se houver a investigação capaz de invalidar o universalismo da modernidade ocidental de colocar em evidência a particularidade, a especificidade exposta pela intersecção de gênero raça/etnia”. (PONS, 2014. p. 974)

Lélia Gonzalez (2000) também desmitificou setores conhecidos como libertários, especificamente os setores de esquerda:

“estes também são instrumentos da articulação entre o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento, criados pelo liberalismo paternalista que a esquerda diz combater. Isto produz manifestações que vão desde a demonstração

inequívoca de que não gostam de ‘preto’ até a atitude ‘democrática’ que nega a questão racial, diluindo-a mecanicamente na luta de classes.” (GONZALEZ *Apud* BAIRROS, 2000, p. 48)

Numa entrevista cedida ao jornal do Centro Acadêmico Eduardo Lustosa (CAEL), das alunas e alunos, do curso de Direito, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em 1983, Lélia Gonzalez⁴ destaca o fortalecimento do Movimento Negro no período da redemocratização e afirma que “O Brasil é um país racista. Não é nenhum paraíso racial, como a ideologia do branqueamento tenta colocar; nem evidentemente, a nossa situação é igual à dos Estados Unidos (...)”.

Algumas feministas negras consideram que o movimento nasceu como uma oposição ao feminismo tradicional. Porém Lady Christina de Almeida (2014) em entrevista realizada com a ativista e intelectual, Ana, fundadora do Criola⁵, destaca

“Se você olhar a história das mulheres negras, você vai descobrir que elas sempre se organizaram. Na África você vai encontrar organizações de mulheres negras e quando as mulheres começam a chegar ao Brasil como escravas, começam a chegar as organizações. Já havia essa história, essa trajetória. Elas se organizam à parte dos homens e também juntamente com os homens. Apesar de nas literaturas recentes você ler que o Movimento de Mulheres Negras se organiza pela falta de espaço entre os negros e entre as mulheres parece que somos um movimento de mulheres que foi levado a isso pela impossibilidade política dos outros movimentos, essa é a primeira leitura que se faz. Mas, na verdade, isso indica que as mulheres negras demandavam um tipo de protagonismo que elas reconheciam em si, ou seja, já havia uma certeza de que a posição que uma mulher negra tem de ocupar em uma organização política não é uma posição subsidiária. Isso não é porque as mulheres negras das décadas de 1970 e 1980 acordaram e disseram: Eu quero ser protagonista! Mas é por que existe uma cultura que foi mantida, e eu acredito que não é ressentimento em relação a um movimento misto ou a um movimento feminista, é porque a gente faz organização desde sempre.” (ANA *Apud* ALMEIDA, 2014, p. 109)

Outro fato importante acerca das mulheres negras em âmbito organizacional foi

“A criação do Conselho Nacional de Mulheres Negras em maio de 1950, a ocorrência do Congresso Nacional de Mulheres Negras no mesmo período – inseridos no âmbito do Teatro Experimental Negro (TEN) -, sob a coordenação de Maria de Lurdes Nascimento, nos alicerça no debate de que já éramos

⁴ Disponível em < <http://www.projetomemoria.art.br/leliaGonzalez/obras-em-pretugues/entrevistas.jsp>>, acesso em 05 de novembro de 2015.

⁵ A CRIOLA é uma organização da sociedade civil dirigida por mulheres negras, a mesma foi fundada em 1992.

mulheres e negras, do ponto de vista argumentativo e da construção identitária, antes mesmo das alterações com o Movimento Feminista e o Movimento Negro.

A luta, portanto era por direitos iguais, pela denúncia contra o racismo e os aspectos diferenciados de sexismo quando exercidos sobre mulheres negras.” (SILVA, 2014, p. 36)

Nesse capítulo foi estudado o Movimento de Mulheres Negras e a luta interseccional, sendo notado que as mulheres negras sempre foram organizadas e articuladas, não sendo uma especificidade dos anos 70 e 80. Com isso, ao lançar o olhar para a agenda do feminismo negro identifica-se: “a mulher negra reivindica o direito de ter filhos, criá-los e vê-los vivos até a velhice” (WERNECK *Apud* LEMOS), “as mulheres negras exigem direitos trabalhistas e não o direito de trabalhar” (...), visto que “há mais de 500 anos se explorava a mão de obra das mulheres negras” (LEMOS, 2000, p. 64).

Outras questões importantes para o feminismo negro são em relação à saúde, moradia, violência, educação num país com desigualdades sociais alarmantes como o Brasil. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do ano de 2009, referente ao “Retrato das desigualdades de gênero e raça”, mulheres negras chefiavam suas famílias com a renda de R\$ 544,40 (quinhentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos), enquanto mulheres brancas chefiavam suas famílias com a renda de R\$ 957, 00 (novecentos e cinquenta e sete reais), ou seja, mulheres negras sobrevivem com praticamente a metade da renda a qual mulheres brancas possuem. Em relação à taxa de desemprego, entre as mulheres negras é de 12, 5% e entre as mulheres brancas é cerca de 9,2%. Na área educacional é constada a disparidade ao realizar o recorte racial, o Censo Demográfico de 2010 apontou no grupo de pessoas de 15 a 24 anos que frequentava o nível superior, 31,1% dos estudantes eram brancos, enquanto apenas 12,8% eram pretos e 13,4% pardos.

Por todos os aspectos apresentados, o Movimento de Mulheres Negras apresenta uma agenda de combate às opressões referentes ao

sexismo, racismo, de origem social e a normatização da heterossexualidade obrigatória, como sistema de dominação. (CURIEL, 2002)

3. A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS NOS ANOS 70 E 80 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Vamos levante e lute!

Vamos levante e ajude!

Vamos levante e grite!

Vamos levante agora!

Que a vida não parou

A vida não pára aqui

A luta não acabou

E nem acabará

Só quando a liberdade raiar.

(Música Liberdade interpretada por Edson Gomes)

Nos anos de 1970 e 1980, o movimento de mulheres negras organizadas trouxe à tona, no período da redemocratização, questões relacionadas a gênero e raça, realizando críticas ao feminismo quanto à teoria e prática, que não tinha um debate aprofundado acerca do racismo. Nesse período, Lélia González, intelectual negra⁶, cofundadora do MNU – Movimento Negro Unificado e militante do movimento de mulheres negras na época, acreditava que o feminismo era um movimento de mulheres brancas que não considerava a dimensão racial na luta anti-sexista, reproduzindo o eurocentrismo e reafirmando a superioridade do colonizador. (BAIRROS, 2000)

A partir da perspectiva relatada, mulheres negras mesmo reconhecendo as práticas sexistas dos homens, que tentam excluí-las da esfera de decisão, segundo González (2000), não podiam esquecer que é no movimento negro que “apesar dos pesares, a nossa rebeldia e o nosso

⁶ Outra intelectual negra da época foi Maria Beatriz do Nascimento, historiadora e militante negra, com especialização em estudos sobre quilombos, foi cofundadora do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras no Rio de Janeiro (IPCN). A mesma foi assassinada em 1995, por um companheiro de uma amiga, a qual a mesma tentou proteger da violência doméstica.

espírito crítico se dão num clima de maior familiaridade histórica e cultural.” (GONZALEZ *Apud* BAIRROS, 2000, p. 56). Acrescentou também que através da resistência da comunidade criavam-se formas políticos-culturais que influenciam os descendentes “na luta plurissecular da libertação.”. (Idem)

É importante frisar, que através da mulher que a comunidade negra veio a se organizar, a partir da ideia de identidade cultural como também pela formação das famílias matrifocais. (WERNECK, 2000). Lélia González (PAULA, 1986), vai além destacando que a comunidade negra sobreviveu em decorrência da luta e do espírito de força dessa mulher, devendo se espelhar e reverenciar a ancestralidade das aguerridas Luiza Mahin, Nzinga e milhões de outras mulheres que foram apagadas ao longo da história, num objetivo de resgate da memória cultural.

3.1. Conselho Nacional da Mulher Negra

No dia 18 de maio de 1950, no Rio de Janeiro, foi criado o Conselho Nacional de Mulheres Negras. O mesmo foi a primeira forma de organização autônoma das mesmas, sendo um desdobramento do Departamento Feminino do Teatro Experimental do Negro, a qual Maria de Nascimento dirigia, sendo realizadas atividades educativas, aulas de dança e música, dentre outras. Segundo dados da Agenda da Mulher (LEMOS, 1997), de 1989, essa forma de mobilização, ainda pouco conhecida pela historiografia do movimento de mulheres negras, foi originada no interior de uma instituição mista, contemplando questões específicas delas.

Entretanto, é importante salientar que já em 1950, as mulheres negras do Departamento Feminino demonstraram que tal organização não era suficiente no que concernia aos seus anseios. (LEMOS, 1997) Mas tal fato, demonstra acerca da dualidade apresentada na história do Movimento de Mulheres Negras “de que já éramos mulheres e negras, do ponto de vista

argumentativo e da construção identitária, antes mesmo das alterações com o Movimento Feminista e o Movimento Negro.” (SILVA, 2014, p.36).

Nota-se a partir das diversas fontes bibliográficas e da pesquisa empírica nos arquivos públicos, que o Conselho Nacional de Mulheres Negras, é um tema pouco conhecido, sendo necessária a realização de trabalhos futuros em prol da completude da narrativa das mulheres negras na sociedade brasileira.

3.2. Coletivos de Mulheres Negras no estado do Rio de Janeiro nos anos 70 e 80

A segunda metade dos anos 70 é um momento importante para o desenvolvimento do Movimento de Mulheres Negras, segundo Suzete Paiva (PAIVA *Apud* LEMOS, 1997), em entrevista concedida a Rosália Lemos, ao pegar um ônibus, um militante do movimento negro entregou um jornal, o qual tinha um texto intitulado “A omissão da mulher negra”. Esse texto fez com que a mesma se questionasse a respeito da não participação das mulheres negras no Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) e também com que escrevesse um artigo no jornal SINBA⁷, tratando da omissão da mulher negra de que tratava o artigo anterior, como também escrever outro “Olhando para o seu próprio umbigo”, no Sindicato dos Bancários. Suzete não concorda com um processo de organização específica de mulheres negras, mas reconhece o machismo e a opressão do Movimento Negro sobre as mesmas.

Em 1978, algumas mulheres como Azoilda Trindade, Cristina Daniel Cruz, Édila Silva das Virgens, Estela da Costa Monteiro, Irani Maia Pereira, Léa Garcia, Jurema Gomes da Silva, Oir Nascimento de Oliveira, Pedrina de Deus, Shirlei da Silva, Suzete Paiva, entre outras, (SCHUMAHER, 2007) articularam segundo Suzete Paiva, em entrevista concedida a Rosália

⁷ O jornal SINBA ligado a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba) foi fundado em 1977 e circulou até 1980. (ALBERTI & PEREIRA, 2007)

Lemos, “uma grande reunião de mulheres negras”. (PAIVA *Apud* LEMOS, 1997, p.71)

Esse grupo, a princípio, se reunia toda terça e quinta no Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN). Segundo Pedrina de Deus, em entrevista concedida a Amauri Pereira:

“Nossas reuniões eram constantemente esvaziadas porque o IPCN e outras entidades do Movimento Negro precisavam da sala e dos nossos braços para as tarefas “ditas” de mulher. Quer dizer, varrer, arrumar, limpar, servir café, providenciar a divulgação (sair pelas ruas distribuindo panfletos), fazer comida para vender e arrecadar finanças para as instituições. Em pouco tempo, viramos o ‘departamento feminino’ do IPCN e de todas as entidades negras que usavam a sede do IPCN.” (DEUS *Apud* PEREIRA, 2014, p. 209)

Suzete Paiva (LEMOS, 1997, p.71), em entrevista concedida a Rosália Lemos, relata que denominaram essa reunião de REMUNEA⁸, que significa Reunião de Mulheres Negras Aqaltune⁹:

“não era grupo, era uma ancestralidade, era uma questão de articulação, de um espírito, então todo mundo se considerava Aqaltune. (...) Já que a gente é negro e está resgatando essa bandeira de negritude lutar, nada melhor que mexer com a ancestralidade, e a ancestralidade então da máxima, da guerreira máxima, (...) daqui a pouco os homens daqui, Orlando, Paulo Roberto começaram a ficar apavorados, pois o grupo estava crescendo, porque não era grupo, mas a reunião estava se tornando um ponto de encontro, vinha mulher de tudo o que era parte, né? Aí a gente conseguiu reunir a mulherada, e a gente se perguntou: “e agora o que vamos fazer?”(PAIVA *Apud* LEMOS, 1997, p.71)

Pedrina de Deus¹⁰ relata ainda, em entrevista concedida a Amauri Pereira em 2014:

⁸ Nas obras de SCHUMAHAR (2007) e PEREIRA (2014), o nome do grupo se apresenta como “REMUNEA – REUNIÃO DE MULHERES NEGRAS AQUALTUNE”. Já na obra de LEMOS (1997), foi denominado como “REUNIMA – Reunião de Mulheres Aqaltune”.

⁹ Segundo Pedrina de Deus (DEUS *Apud* PEREIRA, 2014, p. 210), em entrevista concedida a Amauri Pereira: “O nome Aqaltune foi escolhido em conjunto, mas a sacada veio da Irani. Cada participante pesquisou nomes femininos e suas histórias. Quando as Jagas invadiram o Congo, para aprisionar negros e vendê-los como escravos aos portugueses e holandeses, uma mulher chamada Aqaltune, filha do Rei Cajanga, comandou os guerreiros para defender o reino de seu pai. Foi aprisionada, levada como escrava e desembarcou de um navio negreiro em Recife. Escolhida para reproduzir mão de obra escrava, Aqaltune foi obrigada a manter relações sexuais com outro negro e engravidou contra a sua vontade. Vendida para um Engenho de Porto Calvo, Aqaltune ouvia notícias do Quilombo de Palmares. Rapidamente, assumiu a liderança e organizou vários escravos para a fuga nos seus últimos meses de gravidez. Ao lado de Ganga Zumba, fez a organização político-militar de Palmares, ajudando na constituição do Estado Negro. Bem mais tarde, uma de suas filhas lhe deu o neto Zumbi dos Palmares. Este histórico está no livro Zumbi, o Rei, de Ubirajara Muniz, Freds Editora”.

“A Reunião de Mulheres Negras Aqualtune nasceu no final dos anos 1970. O motor desse nascimento foi um filme, chamado **A força invisível**, sobre a exploração da mulher na África do Sul e os preconceitos que a fragilizavam. Este filme nos provocou para o debate. Algumas mulheres associadas do IPCN reuniram-se para fazer uma leitura mais apurada sobre o filme e sobre nossa imagem de mulher negra, imagem que, na época, ainda estava presa aos estereótipos eurocentristas de feias, porque gordas, lábios grossos, nariz chato, bunda grande, cabelo pixaim. Uma série de artigos no Jornal SINBA (ainda tenho exemplares desses jornais), escritos pela Suzete Paiva, eu e Léa Garcia, botaram pimenta no tema.” (DEUS *Apud* PEREIRA, 2014, p. 209)

Acerca da agenda e do rumo que REMUNEA deveria tomar surgiram duas visões distintas. Para Suzete Paiva as mulheres deveriam ficar inseridas no Movimento Negro, em contrapartida para Pedrina de Deus, as mulheres deveriam criar um movimento próprio, evidenciando uma tendência para o Feminismo Negro e evitar as brigas que ocorriam naquele espaço (LEMOS, 1997). Pedrina (DEUS *Apud* PEREIRA, 2014, p. 209 e 210), em entrevista concedida a Amauri Pereira destaca que:

“Em uma determinada noite, estávamos reunidas e fomos solicitadas a desocupar a sala, porque os homens tinham uma ‘importante’ reunião. Bendita noite!!! As negas rodaram a baiana!!! Fizemos nossa reunião sentadas na escada...Aquela escada estreita, em caracol. Uma mulher falava lá em cima e a outra respondia lá embaixo. Na pauta daquela reunião estava o uso da mulher negra pelas chamadas ‘entidades negras’, reproduzindo os mesmos métodos do segmentos racistas na época. Dessa reunião, nasceu a REMUNEA – Reunião de Mulheres Negras Aqualtune. E veio o troco dos homens e de mulheres em forma de preconceito: ‘são lésbicas, são feministas, são divisionistas, nem parecem negras’! Quando nos assumimos como uma Reunião de Mulheres, independente do IPCN, a pressão interna e externa foi intensa. Anexo a essa memória, um bilhete manuscrito do Presidente na época, solicitando às ‘irmãs’ a participação efetiva na condução dos trabalhos da Entidade ‘acima de nossas diferenças’. Enfatizando: voltem a varrer, arrumar, limpar, servir café, providenciar a divulgação (sair pelas ruas distribuindo panfletos), fazer comida para vender e arrecadar finanças para a instituição.” (DEUS *Apud* PEREIRA, 2014, p. 209 e 210)

Antes de uma divisão oficial as Aqualtunes produziram uma cartilha em que a primeira produção tratou do trabalho doméstico, destacando-se que as mesmas já possuíam um jornal em que Azoilda Trindade e a Cecília Luiz de Oliveira participavam também. A cartilha foi a primeira bandeira do movimento de mulheres negras referente à valorização do trabalho

¹⁰ Pedrina de Deus atualmente vive no Ceará, se inseriu na militância do Samba realizando em sua casa o “Encontro Cearense de Compositores de Samba – ECCOS”. É diretora de Planejamento da SG Propag, professora em Cursos de Pós Graduação Lato Sensu na Universidade de Fortaleza, Universidade Christus, consultora do Sebrae/CE e Diretora de Projetos do Instituto Câmara de Dirigentes e Lojistas de Cultura e Responsabilidade Social.

doméstico, realizando denúncias e reconhecendo o valor do emprego que a maioria das mulheres negras exerceu e ainda exercem. (LE MOS, 1997)

Os dois grupos buscaram rumos distintos, em agosto de 1979, o grupo de mulheres determinou sua independência física do Instituto de Pesquisa e Culturas Negras, tendo algumas perdas significativas.

O REMUNEA continuou com as seguintes rebeldes, segundo Pedrina de Deus, em entrevista concedida a Amauri Pereira: Azoilda Trindade, Cecília Luiz de Oliveira, Cristina Daniel da Cruz, Édila Silva das Virgens, Estela Costa Monteiro, Irani Maia Pereira, Jurema Gomes da Silva, Léa Garcia, Suzete Paiva dos Santos, Oir Nascimento, Shirlei P. da Silva, Vera Lúcia de Nova Iguaçu, Pedrina de Deus, dentre outras. (DEUS *Apud* PEREIRA, 2014)

Essas mulheres se reuniam em todos os lugares, nas praças, inclusive, nos bancos da Cinelândia, porém a maioria dos encontros ocorreram no apartamento de Pedrina de Deus, na Lapa. As reuniões eram realizadas todas as terças e quintas, após o horário de trabalho. O grupo tinha como objetivo “fortalecer a consciência crítica e gerar conteúdo sobre a questão racial e feminina”. (DEUS *Apud* PEREIRA, 2014, p. 211)

A metodologia utilizada era a eleição de um tema, e sobre o mesmo elas liam, refletiam e discutiam em grupo. Outra questão importante era que se dedicavam a “formular a contraideologia de temas presentes na realidade de mulheres negras (...) estudos sobre ‘expressões racistas e machistas’, ‘trabalho doméstico’ e ‘estética negra’.” (DEUS *Apud* PEREIRA, 2014, p. 211)

Em entrevista realizada por Amauri Pereira, Pedrina de Deus explicita:

“As Aqualtunes estudavam para conhecer e avaliar os processos usados pelas ideologias (no plural) de dominação, criando, paralelamente, uma contraideologia e uma postura de combate, que ajudasse a desmitificar valores equivocados, que a sociedade reproduz sobre as mulheres negras. A Reunião de Mulheres Aqualtune era um encontro de preparo, de formação, de formulação de estratégia de

combate à dominação de raça e sexo. A tática era ‘infiltrar-se’ nas entidades reivindicativas, para dar fundamento às reivindicações e aos discursos, algumas vezes somente de palavras bonitas e frases de efeito.” (DEUS *Apud* PEREIRA, 2014, p. 211)

Pedrina de Deus acrescenta ainda:

“Nas décadas das denúncias e das reivindicações (1960 e 1970), a militância feminina e negra existia em torno de suas entidades e uma simples divergência pessoal ou organizacional era suficiente para se criar uma nova entidade. Publicamos uma carta de princípios impressa em mimeógrafo, em setembro, onde declaramos nossa intenção de não ser ‘mais uma’ entidade negra. A carta dizia: ‘somos um grupo de mulheres na luta pelo combate ao racismo e ao machismo, que prepara suas participantes para a ação política e ideológica, necessária para dar fim à dominação dessas duas formas de opressão’. As Aqualtunes podiam atuar dentro das entidades do Movimento Negro, do movimento feminista, do movimento social, dos partidos políticos, das comunidades de base, da Igreja, da família, do trabalho, da escola, ou de outras organizações da sociedade.”. (Idem)

O REMUNEA não “era uma entidade, era uma oportunidade e espaço formador de consciência da mulher negra” (DEUS *Apud* PEREIRA, 2014, p. 212), tendo como bandeira a luta pela “transformação associada à reivindicação”. (Idem) Elas não buscavam disputar com o Movimento Negro e nem com o Movimento Feminista, acreditavam que “só o incômodo promove mudanças, então era preciso incomodar racialmente e sexualmente.” (Idem) Tendo como objetivo a “reflexão da contraideologia”. (Idem)

Através das buscas em arquivos públicos (ANEXO I) foi encontrado um folheto de 1980 do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), no mesmo tinha uma programação de mesas temáticas protagonizadas por homens brancos e negros, evidenciando o papel de coadjuvantes destinado às mulheres afrodescendentes, em que o espaço destinado para as mesmas se encontra na nota do documento transcrito abaixo:

“NOTA: Aos sábados, de setembro em diante serão programados filmes documentários todos abordando problemas sociais tais como: ‘Ascensão da Violência’, ‘Os Boias Frias’, ‘Os Condenados’ e outros de escolha do Grupo de Mulheres AQUALTUNE e CINECLUBE IPCN.”

Outro registro da participação das Aqualtunes nas mobilizações sociais foi o audiovisual editado por Filó Filho (CULTNE, 2012), da Marcha do Zumbi dos Palmares, em novembro de 1988, no Centro do Rio

de Janeiro, juntamente com outras organizações do Movimento Negro. Nesse evento elas militavam com a faixa “Aqualtune mulheres negras contra o racismo”.

A respeito da breve participação da REMUNEA na organização do Movimento de Mulheres Negras no Rio de Janeiro, nas palavras de Pedrina de Deus em entrevista concedida a Amauri Pereira:

“A REMUNEA morreu por falência múltipla do tempo. Mas foi uma experiência que não se acabou. As Aqualtunes estão por aí. Algumas invisíveis, algumas multiplicadas, muitas recolhidas, outras talvez já tenham chegado ao Órun. Mas, depois de ter sido Aqualtune, ninguém volta ao estado de servidão, nem física, nem ideologicamente.” (DEUS *Apud* PEREIRA, 2014, p. 212)

No ano de 1980 surge o grupo Luiza Mahin, o mesmo estava relacionado com o Movimento Negro Unificado (MNU) e foi idealizado por Lélia González e Zezé Motta. Lélia Gonzalez (2014) relatava

“a atuação das mulheres pode ser percebida ‘antes mesmo da existência de organizações do movimento de mulheres’. A autora relata a experiência e a atuação das mulheres negras tanto no Movimento Negro como no movimento de mulheres. As mulheres negras se reuniam para discutir o seu cotidiano, de um lado, marcado pela discriminação racial, e por outro, pelo machismo, não somente dos homens brancos, mas também dos homens negros. As mulheres negras tinham como hábito se reunir, formando um ‘grupão’, em que discutiam sua experiência específica. Posteriormente, elas se juntavam aos outros ativistas para reunião ampliada, com o objetivo de expor e incentivar o conjunto do Movimento Negro refletir também sobre a condição das mulheres negras. Mas essa atitude, segundo Gonzalez, não era bem aceita. No entanto, as mulheres negras nunca desistiram de discutir questões específicas; na maioria das vezes, as mulheres negras eram excluídas das decisões do movimento negro, em que o machismo lhe atribuía tarefas consideradas ‘femininas’, como, por exemplo, servir café. Nesse sentido, percebe-se que o Movimento Negro reproduzia certas práticas sexistas da ideologia dominante.” (NASCIMENTO *Apud* ALMEIDA, 2014, p. 110, p. 111)

Em 1982, Lélia González deixou a comissão executiva do Grupo de Trabalho Luiza Mahin (PAULA, 1986), para fundar no dia 16 de junho de 1983 foi fundado o NZINGA: Coletivo de Mulheres Negras/RJ, buscando a discussão de gênero e raça entre mulheres negras pobres de classe média, alcançando enorme expressão nacional. O mesmo assumiu um posicionamento feminista e era formado por: Ana Garcia, Elizabeth Viana,

Geralda Alcântara, Ivonete¹¹, Jurema Batista, Jurema Gomes da Silva, Lélia González, Helena Maria de Souza, Mariza Martins Pereira, Miramar Corrêa, Rosália Lemos, Jurema Gomes, Regina Coeli, Pedrina de Deus, entre outras.

O NZINGA: Coletivo de Mulheres Negras/RJ editou um boletim denominado *Nzinga Informativo*, que chegou até a sexta edição, em novembro de 1989 (ROLAND, 2000). Nas buscas realizadas foi encontrada a quarta edição do *Nzinga Informativo* de julho/agosto de 1988 (ANEXO II), que demonstra em seu editorial os objetivos do grupo, transcrito abaixo:

“Enquanto Grupo de Mulheres Negras, nós do NZINGA entendemos a necessidade de nossa articulação com o Movimento de Mulheres e com o Movimento Negro, na medida em que os debates, as reflexões e o embasamento que norteiam nossa atuação devem estar centrados em dois eixos: o primeiro – a questões do Gênero: SOMOS MULHERES – e como tal submetidas à discriminação sexual por que passam todas as mulheres, independente de raça etnia, classe social ou credo religioso. O segundo – a questão da Etnia: SOMOS NEGRAS – e o que nos diferencia das demais mulheres não é só a cor da pele mas a IDENTIDADE CULTURAL. E é para resgatar esta identidade de MULHER NEGRA, que precisamos nos organizar a parte sim. Aprofundar as questões específicas, perceber onde, como e quando somos oprimidas e partindo deste específico participarmos mais fortalecidas da luta geral.” (NZINGA INFORMATIVO, 1988, p.02)

Outro ponto que essas mulheres questionavam em seu jornal (NZINGA INFORMATIVO, 1988, p.02) era em relação à postura sexista do Movimento Negro com as companheiras de militância, como observado abaixo:

“Para nós mulheres negras é no mínimo instigante que no ano do Centenário da Abolição da Escravidão, quando o Movimento Negro é reconhecido nacional e internacionalmente como força política emergente, alguns membros deste Movimento saiam a público conclamando as mulheres negras a não desenvolverem uma luta a parte.

A tese de que a questão prioritária é a luta de classes, e que os problemas específicos das mulheres, dos negros, dos homossexuais e da ecologia são questões menores, tem servido fundamentalmente para a manutenção da sociedade patriarcal, racista, machista e predatória da natureza.” (NZINGA INFORMATIVO, 1988, p.02)

¹¹ Na obra de Rosália Lemos, o nome da mesma, somente consta como “Ivonete”, sem o sobrenome. Nas demais referências bibliográficas não aparecem o nome dessa participante.

O NZINGA: Coletivo de Mulheres Negras/RJ, tendo delimitado nitidamente o seu espaço de atuação com “as questões da Mulher Negra” (NZINGA INFORMATIVO, 1988, p.02), em 1984, participou do I Encontro de Mulheres Negras, em São Paulo e em 1986 foi ao Maranhão, tendo como objetivo a reflexão acerca da construção do movimento de mulheres negras que estava em consolidação nesses estados, segundo Rosália Lemos (1997). Em 1985, o Coletivo participou do III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, em Bertioga, em que sugeriu a aprovação de uma moção contra o racismo na África do Sul. (LE MOS, 1997)

Em entrevista concedida a Rosália Lemos, Jurema Batista (1997) acredita que foi o “ir pra rua” que deu visibilidade ao NZINGA: Coletivo de Mulheres Negras/RJ e que não necessariamente aquelas pessoas tinham a consciência de que era uma organização de mulheres negras. No dia 30 de outubro de 1983, Jurema participou como representante do grupo, do Encontro de Entidades Negras no Rio de Janeiro realizado em Moquetá, em Nova Iguaçu. Nesse encontro a questão de gênero não estava contemplada, então a estratégia foi a participação no grupo de educação, inserindo nesse nicho a questão da mulher negra.

Em 1983, no Peru, três mulheres negras participaram do II Encontro Feminista Latino Americano, dando visibilidade ao grupo e evidenciando a diferença nas pautas do movimento de mulheres negras para o movimento feminista. (LE MOS, 1997)

No dia 08 de março de 1984, o NZINGA: Coletivo de Mulheres Negras/RJ participou do dia Internacional em Defesa dos Direitos da Mulher. Segundo relatório do Serviço Nacional de Informações Agência Rio de Janeiro, criado em 1964, no período da ditadura militar, estiveram presentes 500 pessoas na Cinelândia, que ouviram as falas de Benedita da

Silva¹², vereadora do PT/RJ e Lélia Gonzalez, militante do NZINGA: Coletivo de Mulheres Negras/RJ. O panfleto anexado no documento citado anteriormente foi assinado pelo Coletivo (ANEXO VII) revelando que as mulheres negras estavam mobilizadas juntamente com outras entidades de mulheres e com o Movimento Feminista, como descrito abaixo:

“Companheira (s)

O dia 8 de março de – DIA INTERNACIONAL DA MULHER – cairá neste ano na 5ª feira após o Carnaval. Nossa intenção é sair às ruas colorindo esse dia, reafirmando nossa luta pela livre opção.

‘AS MULHERES ESCOLHEM’ será nossa caminhada no dia 8 de março de 1984.

Elas escolhem hoje, as Eleições Livres e Diretas para a Presidência da República.

Elas escolhem sempre a luta pelos seus direitos específicos na área de saúde, educação, trabalho e justiça.

Elas querem o poder de escolher o que lhes convém para viver sua sexualidade e cidadania.

Venha se reunir conosco para organizarmos uma caminhada criativa e diversa, onde se manifestem livremente os desejos e reivindicações de todas nós, de cada uma e de cada grupo ou categoria feminina.

Dia 2 de fevereiro – às 18:00 hs. No CENTRO DA MULHER BRASILEIRA, Av. Franklin Roosevelt, 39/713 – Centro – RJ

CENTRO DA MULHER BRASILEIRA (CMB)

COLETIVO DE MULHERES/RJ

CASA DA MULHER

MULHERANDO

SOS – MULHER

LUCIA ARRUDA – Dep. Estadual”

Rosália Lemos (1997) narra que no evento do dia 8 de março:

“registrou-se uma tensão entre mulheres negras e brancas. Uma mulher branca – do movimento feminista – pintou-se de preto e colocou um cartaz com os seguintes dizeres ‘três vezes discriminada: mulher, negra e favelada’.

As mulheres negras presentes ficaram indignadas. Para nós, mulheres negras, esta ação mostrou que de certa forma, as feministas estavam ‘maternalizando’ a mulher negra. Além disso, foi necessário, que uma mulher branca se pintasse de preto para levantar uma bandeira que já deveria ter sido incorporada pelo feminismo, enquanto instituição representativa das mulheres de modo geral. Esta

¹² Benedita da Silva foi a primeira “mulher negra favelada” (BENJAMIN & MENDONÇA, 1997, p. 65) eleita vereadora em 1982, no Rio de Janeiro, pelo Partido dos Trabalhadores, sendo a primeira eleição no Brasil desde o golpe militar em 1964. (BENJAMIN & MENDONÇA, 1997)

mulher branca, a nosso ver, poderia levar a denúncia, mas com sua própria cor, com sua própria cara. O certo é que as negras não precisavam ser representadas por uma mulher branca pintada de preto.” (LEMOS, 1997, p. 75, p.76)

Em 1984, representantes do NZINGA: Coletivo de Mulheres Negras/RJ estiveram na *I Conferencia de La Mujer Negra de las Americas*, na Costa Rica, e no *African Women's Political Caucus*, em Baltimore, Maryland. Para Rosália Lemos (1997)

“foram momentos de trocas de experiências, uma vez que no Rio de Janeiro, essas mulheres já desenvolviam seus trabalhos em creches em comunitárias e nas escolas, juntamente com o movimento negro, com o movimento feminista e com outros setores sociais.” (LEMOS, 1997, p. 77)

Schuma Schumacher (2007) revela em sua obra o surgimento do Centro de Mulheres de Favela e Periferia do Rio de Janeiro, em 1985¹³, que foi composto por Joana Angélica de Souza, Vera Neri, Benedita da Silva, Sandra Bello, Heloísa Marcondes, Alda Costa, entre outras. O I Encontro de Mulheres de Favela e Periferia ocorreu nesse mesmo período, segundo Rosália Lemos (1997).

Em 1994, devido ao gerenciamento de projetos internos de Lélia Gonzalez e outras afiliadas ocorreram afastamentos de membros do NZINGA, o que não levou a extinção do mesmo, tendo o seu primeiro boletim publicado em junho de 1995. Rosália Lemos (1997) afirma que “entre idas e vindas de várias mulheres, suas atividades paralisaram no ano de 1989, sendo retomadas em 1995”. Em 1997, a coordenação do grupo estava com Helena de Souza, não se tendo conhecimento das atividades atuais do mesmo. (LEMOS, 1997, p. 77)

Com relação ao Centro de Mulheres de Favela e Periferia (CEMUFP), com fundação no Rio de Janeiro, após o I e II Encontros de Mulheres de Favela e Periferia (ANEXO V) (ANEXO VI). Esse coletivo surgiu com o objetivo de

¹³ Schuma Schumacher (2007) em sua obra afirma que o surgimento do Centro de Mulheres de Favela e Periferia foi em 1985 (SCHUMACHER, 2007, p. 333). Já Edna Roland (2000) afirma que o surgimento foi em 1986 (ROLAND, 2000, p. 241)

“dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres das comunidades, contribuindo para a sua autonomia. O CEMUFP atua nas áreas de saúde e educação, desenvolvendo atividades no campo da psicologia e psicopedagogia em creches; oferece reforço escolar para crianças da 1ª à 4ª séries. Trabalha numa perspectiva de combate ao racismo e à discriminação contra a mulher.” (ROLAND, 2000, p. 241)

Gabriela Leite (2009), prostituta e idealizadora da ONG Davida, relata em sua obra como que foi o I Encontro de Mulheres de Favela e Periferia:

“O Rio tinha acabado de eleger a primeira vereadora negra do Brasil, Benedita da Silva. Ela foi pessoalmente na Vila Mimosa junto com Maria Alice, presidente da associação de moradores da Cidade Nova, nos convidar para participar do I Encontro de Mulheres de Favela e Periferia. Aceitei na hora.

Carlinhos¹⁴ mandou fazer uma faixa com os dizeres: ‘Prostituta também é mulher’ e me entregou. Lá fomos nós, caminhando pela Miguel Farias levando a faixa.

O I Encontro de Mulheres de Favela e Periferia foi realizado no imenso galpão do Centro de Convivência do Metrô, vizinho à Vila Mimosa. Lá havia cerca de 500 mulheres lideradas por Benedita. Estavam a deputada Lúcia Arruda e a falecida Angela Borba, feminista de grande competência, até hoje lembrada e reconhecida.

Estava ali para ouvir, e foi o que eu fiz. Passei um dia inteiro ouvindo mulheres de diversas origens falando sobre suas condições de vida. Tinham as mulheres que viviam no morro, sem saneamento ou condições básicas de sobrevivência, completamente abandonadas pelo Estado. Tinha as empregadas domésticas, que começavam a se organizar. Tinha trabalhadoras rurais da Baixada Fluminense e muitas outras. Um exército de mulheres pobres e sofridas do Rio de Janeiro.

Benedita era a sensação do momento. Mulher, negra e favelada.” (LEITE, 2009, p. 132, p.133)

Com o levantamento dos grupos organizados do Movimento de Mulheres Negras do Rio de Janeiro foi destacado o surgimento, a agenda e as articulações políticas, a política do engajamento e não necessariamente partidária, a política no sentido horizontal, em que se reconhece no outro uma irmã de luta e não só numa outra mulher negra, mas nas outras mulheres de favela, prostitutas, lésbicas, que na sua diversidade e ao se distanciarem do modelo ocidental do que é ser uma mulher, também são oprimidas e massacradas por um sistema machista, patriarcal e neoliberal. É importante sinalizar que no ano de 1975 foi promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Ano Internacional da Mulher e a instituição

¹⁴ Carlinhos era motorista de táxi no Rio de Janeiro, morador da Ilha do Governador, amigo e amante de Gabriela Leite. (LEITE, 2009)

desse evento só foi perceptível nos anos 80, em relação aos debates em todo o país acerca da cidadania e direitos da mulher. (SILVA, 2014, p. 16)

3.3. Participação e visibilidade dos movimentos de mulheres negras em eventos

De 01 a 03 de agosto de 1985, em Bertioga, São Paulo, ocorreu o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe. Bertioga, para algumas é o grande marco do movimento de mulheres negras, para outras é um episódio lamentável. (LEMOS, 1997)

O Centro de Mulheres de Favela e Periferia (CEMUFPP) organizou um ônibus com mulheres negras e brancas, com diversas realidades para participar do Encontro, mesmo não cumprindo os trâmites formais de inscrição no evento. Antes de chegar ao evento, no centro de São Paulo, o Coletivo fez críticas à organização sobre o valor da taxa de inscrição, pois muitas mulheres negras não podiam pagar. Com isso, esse episódio evidenciou o rompimento com o movimento feminista que não levava em consideração as diferenças étnicas, sociais e econômicas entre as mulheres. Em contrapartida, as organizadoras do III Encontro optaram por não se render à objeção das mulheres que estavam naquele ônibus. (LEMOS, 1997)

Em entrevista concedida a Rosália Lemos (1997), Sandra Helena Torres Bello, liderança do Centro de Mulheres de Favela e Periferia, que não esteve presente em Bertioga, pois estava participando do Encontro Mundial de Jovens, em Moscou

“foi um marco do feminismo eurocêntrico e o reconhecimento, não sei o reconhecimento, mas a visibilidade de um outro feminismo aí, que estava se formando. Nós falamos assim: ei, não é só isso que existe, existe uma outra coisa. Para mim, o que marcou a ida de 27 mulheres a Bertioga foi isso, foi mostrar a intransigência, porque foi claro. Uma amiga participou de um debate internacional, a pergunta foi matemática: ‘Como 827 mulheres vão resolver o problema de 27?’ Ali ficou claro uma luta de classes, de poder, de intransigência mesmo. Eu não estava lá, mas acompanhei o vídeo e estava na organização do

negócio. Para mim, Bertioga é um exemplo vivo, por isso que Garanhuns teve uma flexibilidade maior, já se colocou um percentual 'X' da taxa para mulheres negras. A questão racial hoje, já pontua no Movimento Feminista e a questão para mim, mais ainda, é que existe um Movimento de Mulheres Negras. Isso para mim é fundamental, porque existe outro espaço de luta, não é mais reconhecido somente esse espaço que mais popularmente chamamos o das brancas, mas existe um espaço. Isso para mim é ótimo, é se reconhecer.” (BELLO *Apud* LEMOS, 1997, p. 81)

Outro ponto importante foi que as mulheres que estavam no episódio do ônibus em Bertioga, elucidavam o aparecimento de um novo grupo de mulheres que traziam um discurso radical da luta de classes. As mesmas, inclusive faziam críticas ao NZINGA, que tinham uma composição de mulheres negras de classe média. (LEMOS, 1997)

Em 1987, em Moquetá, Nova Iguaçu, ocorreu o I Encontro Estadual de Mulheres Negras (ANEXO V) que reuniu 300 mulheres. Nesse evento ficou nítida diversidade das mulheres que compunham o Movimento, em relação às funções, as expectativas e a consciência feministas em relação às organizações de mulheres (LEMOS, 1997). Em entrevista concedida a Rosália Lemos (1997), Sandra Bello relata

“em 1997 o primeiro Encontro Estadual de Mulheres Negras em Moquetá...foi um encontro que com muitas dificuldades conseguimos financiamento. Não existia uma tendência, de y, x ou z. Esse Encontro foi convergente, foi a união das necessidades, do contato, do desejo de se organizar. A sua organização foi muito bonita. Claro que tinha divergência, mas não eram divergências de princípio.

Era um momento de arregimentar... não se aprofundava diferenças ideológicas, e tal. O Primeiro Encontro Estadual de Mulheres Negras, para mim marcou no sentido de: é necessário que as mulheres negras discutam suas espécies enquanto mulheres negras. E...para se contrapor do feminismo clássico e tradicional...” (BELLO *Apud* LEMOS, 1997, p. 89)

Outros problemas ocorridos durante o I Encontro Estadual de Mulheres Negras foi à proibição da entrada de mulheres não negras, o que causou constrangimento as educadoras de uma escola comunitária que não puderam participar gerando protestos. E outro fato foi à insistência masculina em participar, já que os mesmos entendiam que o Movimento de Mulheres Negras era uma extensão do Movimento Negro organizado, contudo, ressalta-se a participação de homens que ficaram responsáveis pela creche durante o evento. (LEMOS, 1997)

Datando de 02 a 04 de dezembro 1988, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras ocorreu em Valença, no Rio de Janeiro, tendo a participação de 453 mulheres negras. A escolha do estado do Rio de Janeiro ocorreu em Garanhuns, Pernambuco, durante o IX Encontro Nacional Feminista, em que “foi organizada uma reunião de mulheres negras para discutir a sua especificidade.” (LEMOS, 1997, p.86), direcionando a organização dessas mulheres a nível nacional. Rosália Lemos (1997) afirma:

“o estado do Rio de Janeiro foi indicado para organizar o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, não só por ter em Sandra Bello a principal articuladora da oficina ‘Linha da Vida’, como também pelo reconhecimento da intensa discussão sobre gênero, raça e classe social desenvolvida no estado e que resultou nas duas articulações de Mulheres Negras: o NZINGA e o CEMUFP.” (LEMOS, 1997, p. 87)

A respeito do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, dados contidos no Boletim Informativo nº 06, de novembro de 1986, do NZINGA (1997) elucidam o que Rosália Lemos (1997) denominou como “momento de socialização do saber e entendimento do que é ser mulher negra. Foi um momento de festa, o momento da kizomba!” (LEMOS, 1997. P. 93):

“Neste sentido, as divergências políticas – mais por questões de encaminhamento da própria organização – nos pareciam superáveis, na medida em que havia algo maior a ser realizado; o próprio Encontro. Ainda que a Comissão Executiva – as 14 mulheres responsáveis pela realização do Encontro – tenha sido formada por representantes de vários setores do Movimento Social, trazendo cada uma a sua compreensão de como seria o evento, conseguimos manter uma certa unidade. Tanto é assim, que a nível nacional éramos conhecidas como o ‘grupo do Rio’.” (LEMOS, 1997, p. 93)

Para Rosália Lemos (1997), o Rio de Janeiro teve um papel fundamental na organização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, entrando “em cena novas mulheres de diferentes pontos do estado do Rio de Janeiro. Vânia, Malu, Lílian, Vanda, Lena, Helena e tantas outras.” (LEMOS, 1997, p. 92). Essas mulheres da comissão organizadora ajudaram a mobilizar outras mulheres negras por onde residiam, nas favelas, igrejas, bairros, em Duque de Caxias, Cidade de Deus, Andaraí e tantos outros lugares. Porém, por problemas diversos não foi possível o registro fotográfico e audiovisual do evento.

A partir do que foi exposto sobre a organização do Movimento de Mulheres Negras no Rio de Janeiro e de como foi tratada a especificidade de ser mulher e negra, evidenciou-se o amadurecimento do Movimento, que começava a “discutir outros temas que lhe diziam respeito, como foi o caso das questões ambientais e qualidade de vida.”, tendo as organizações visibilidade no plano nacional e internacional. (LEMOS, 1997, p. 93)

4. MULHERES NEGRAS ORGANIZADAS E A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ôô, ôô, Nega Mina
Anastácia não se deixou escravizar
Ôô, ôô Clementina
O pagode é o partido popular
Sacerdote ergue a taça
Convocando toda a massa
Neste evento que congre
Gente de todas as raças
Numa mesma emoção
Esta Kizomba é nossa Constituição.
(G.R.E.S Unidos de Vila Isabel 1988)

Neste capítulo será dada uma ênfase maior às percepções e ao poder de fala das mulheres negras, como também aos acordos políticos realizados nos anos 80, tendo como ponto de partida a visão de Azoilda Loretto da Trindade (2005), em depoimento concedido a Marcia Contins, em seu livro intitulado *Lideranças Negras* (CONTINS, 2005), acerca dos tipos de militância para as mulheres negras. Ao analisar esses tipos militância, é necessário um olhar descolonizador, como foi proposto no início do trabalho, num exercício de reconhecer o protagonismo dessas mulheres e de respeitar as suas impressões sobre a vida e a política. Para Azoilda Loretto da Trindade (2005) há infinitos tipos de militância, porém destaca dois: a militância institucionalizada, em que “as instituições estão voltadas para isso a nível de confronto e de uma ação maior” (TRINDADE *Apud* CONTINS, 2005, p. 114); e a militância cotidiana que é percebida “quando temos consciência e desejamos mudar.” (Idem)

Lélia González (1982) elucida ainda mais a respeito do tema, indagando se é possível falar de movimento negro ou de movimento de mulheres:

“Será que dá pra se falar do Movimento Negro? A gente fala exatamente porque está se apontando para aquilo que os diferencia de todos os outros movimentos, ou seja, a sua especificidade. Só que nesse movimento, cuja especificidade é o negro, existem divergências, mais ou menos fundas, quando o modo de articulação dessa especificidade. Deve o negro assimilar e reproduzir tudo que é eurobranco? Ou só transar o que é afro-negro? Ou somar os dois? Ou ter uma visão crítica de ambos? Deve o negro lutar pra vencer na vida através de seu esforço pessoal para, desse modo, provar que é tão capaz quanto o branco? Ou lutar com e pelo conjunto da população negra? Juntamente com não negros oprimidos? Ou não? Por espaço nesta sociedade? Ou pela transformação da mesma? Etc, etc. e tal ... Os diferentes tipos de respostas a essas questões, e a muitas outras, acabam por remeter a gente a falar de movimentos negros...no Movimento Negro. Pois é.” (GONZALEZ, 1982, p. 19)

Tendo como base as visões sobre militância mencionadas, será abordada a seguir especificamente as mobilizações na Constituinte de 1988.

4.1 Mobilizações, participações e as principais lideranças das mulheres negras do estado do Rio de Janeiro na Constituinte de 1988

Segundo Natália Santos (2015), antes mesmo do reestabelecimento do pluripartidarismo em dezembro de 1979, políticos negros que se opunham ao regime autoritário criaram a Frente Negra de Ação Política de Oposição (FRENAPO). Após a reformulação partidária a FRENAPO¹⁵ contou com a participação especificamente das lideranças negras do Partido dos Trabalhadores: Jurema Batista, Lélia González e Benedita da Silva.

Nas eleições de 1982, Lélia Gonzalez¹⁶ se candidatou à deputada federal e Jurema Batista se candidatou como vereadora, pelo estado do Rio

¹⁵ “A FRENAPO, segundo SILVA (1997:2) foi uma reação política ao fato de que à exceção do vereador Benedito Cintra, os demais parlamentares negros, Adalberto Camargo, Theodosina Ribeiro e Paulo Rui Oliveira, eleitos pelo MDB em 1978 transferiram-se para ARENA. Após reformulação partidária a FRENAPO contou com políticos do PT, PDT e PTB, porém, grande parte dos membros estavam vinculados ao PMDB.” (SANTOS, 2015, p. 51)

¹⁶ Jurema Batista e Lélia González se candidataram pelo Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, nas eleições de 1982. (SANTOS. 2015)

de Janeiro, ambas não se elegeram. Ademais, Benedita da Silva foi eleita vereadora pelo Partido dos Trabalhadores, no Rio de Janeiro, e as convidou para serem suas assessoras. É importante salientar que nas eleições de 1982, o sistema de voto era vinculado; quem votasse para governador de um partido deveria votar para os outros cargos na mesma legenda para não ocorrer a anulação do voto.

Em relação à representatividade nos quadros eleitorais, Jurema Batista (2015) no documentário *Tão Poucas ou Quase Nenhuma: Mulheres Negras na Política* destaca que inicialmente, as mulheres negras eram chamadas para compor o quadro, ou seja, acrescentar numericamente candidatos aos partidos tornando nítidas as dificuldades de diálogo não só na sociedade, mas dentro do próprio Movimento Negro.

Em relação à configuração política no ano de 1982, Benedita da Silva em sua biografia (1997) relata:

“Minha eleição para a Câmara dos Vereadores só foi possível graças ao trabalho pela criação do PT, que começou durante a ditadura. A direita achava que o PT não teria chances de crescer, que era só fogo de palha, e alguns da esquerda diziam que o PT tinha vindo para dividir as forças progressistas. Entre a ditadura e a abertura, só existiram dois partidos, a Arena e o MDB. Como a maioria das pessoas no campo popular e democrático, eu apoiava o MDB. Só que aquele partido não representava as nossas comunidades. Os políticos chegavam na favela, faziam discursos e iam embora (...)”

Então começamos a discutir a possibilidade da criação de um novo partido, com lideranças de favelas, professores, estudantes e membros da igreja.” (BENJAMIN & MENDONÇA, 1997, p. 68)

Em 1986, Lélia Gonzalez e Benedita da Silva, designadas pelo presidente José Sarney para o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (ANEXO VIII), como representantes da questão racial participam do “Encontro Nacional Mulher e Constituinte”, segundo Natália Santos (2015):

“neste encontro participaram duas mil mulheres que se dividiram em doze grupo de trabalho (GTs), organizados por temas, para sistematizar, discutir e deliberar sobre as propostas a serem encaminhadas à Assembleia Constituinte. Tais grupos denominados “comissões”, eram constituídos pelas diversas participantes e organizados por uma coordenadora e uma relatora, além de contar com o auxílio de advogadas especializadas na área. Na Comissão de Discriminação Racial Silva e Gonzalez inscreveram importantes demandas relacionadas à educação com ênfase na igualdade de gênero e raça e discriminação racial que foram

encaminhadas ao Presidente da República e ao Congresso Nacional.” (SANTOS, 2015, p. 58)

Inaugurando a visibilidade da participação do Movimento de Mulheres Negras organizado, foi identificado um informativo do Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras de 1986 sobre a Constituinte:

“Constituinte é uma palavra que hoje está na propaganda de televisão, nos discursos das autoridades, nas conversas de botequim, ou seja, está nas ruas. Ainda assim é pouco entendida. E é por isso que vamos falar um pouquinho sobre o que ela significa. (...) A Constituição é a lei mais importante de um Estado (no sentido de País). É ela quem indica como serão feitas e cumpridas as outras leis. Ela é tão importante que estabelece os direitos e deveres de cada cidadão e até onde o Estado pode interferir nas liberdades de cada um. Isto significa que a Constituição reflete a vontade do cidadão. Daí que um governo que se diz representante do povo não pode governar sem uma Constituição. Agora, o mais importante é saber quem colabora, isto é, quem faz a Constituição, para saber se os nossos desejos e as nossas esperanças cabem dentro dela. É aí que entra a importância da Constituinte que é a reunião de pessoas escolhidas para fazer estas leis.

É impossível nos dias atuais, reunirmos toda a população do país para fazer as leis. Então temos necessidade de delegar poderes aos deputados e senadores, em nosso nome, farão a Constituição. Para isto eles são chamados de representantes do povo. E, como representantes, tem a obrigação e o dever de nos consultar, antes de elaborar, votar ou rejeitar uma lei. (...).

Na medida em que os deputados e senadores representam o povo, é importante que os candidatos eleitos para ocupar tais cargos tenham um compromisso real com a comunidade que dizem representar. E é por isso que defendemos a necessidade de nossos representantes serem escolhidos entre os grupos de mulheres, de negros, índios, dos sindicatos, das associações de moradores de favelas, das igrejas e etc., porque só assim teremos leis que garantam realmente os nossos direitos, já que serão feitas por pessoas que no dia a dia estão discutindo, questionando e levantando os problemas conosco.” (NZINGA INFORMATIVO *Apud* SANTOS, 2015, p. 56)

A respeito das mobilizações do Movimento de Mulheres Negras e da conscientização política dirigida à comunidade negra, em entrevista ao jornal paulistano *Jornal do Conselho da Comunidade Negra* de 1986, Lélia Gonzalez, que na época atuava no Conselho Nacional do Direito da Mulher e era integrante do NZINGA: Coletivo de Mulheres Negras/RJ relata:

“nós estamos desenvolvendo discussão à nível de Negro e Constituinte nos mais diferentes locais. Nós, negros de lá, tomamos uma responsabilidade muito grande no sentido dessa conscientização e mobilização, por acharmos que este é o caminho (...) Em termos de Rio de Janeiro, nós vamos fazer um encontro com todos os candidatos negros para estabelecermos uma estratégia objetiva e realista

para ver quem tem possibilidade ou não de sair um bom candidato que atenda aos anseios da comunidade negra. Eu acredito que temos chance de fazer alguns Constituintes no Rio.” (PAULA, 1986, p. 13)

Com relação à perspectiva da mulher negra Lélia Gonzalez (1986) afirma:

“Falar de mulher negra é falar de um ser que ao mesmo tempo é oprimido, discriminado, inferiorizado, mas ao mesmo tempo é falar de desenvolver estratégia de sobrevivência com uma percepção inclusive política, mesmo não dentro dos quadros estabelecidos.

E com certeza eu vejo as perspectivas da mulher negra de força, expansão e de muita luta.” (PAULA, 1986, p. 13)

Benedita da Silva foi eleita em 1986 para deputada federal constituinte pelo estado do Rio de Janeiro. Já Lélia Gonzalez, no mesmo ano, se candidatou a deputada estadual pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), porém não foi eleita. A respeito da sua atuação como deputada constituinte Benedita da Silva (1997), em sua biografia, destaca:

“Meus principais projetos como deputada enfocavam os direitos da mulher e da criança, negros e minorias. Lutei pela muito pela garantia do ensino gratuito, porque considero a educação um direito fundamental. Também trabalhei pelo reconhecimento profissional das empregadas domésticas e das trabalhadoras rurais. Era a primeira mulher negra a entrar no Congresso e, mais uma vez, tive que me impor para poder apresentar minhas propostas.” (BENJAMIN & MENDONÇA, 1997, p. 75)

Benedita da Silva (1997), em sua biografia, fala de suas impressões sobre as constituições brasileiras e sobre os direitos das mulheres:

“Desde a sua independência o Brasil já teve sete constituições e todas excluíram as reivindicações das mulheres. A constituição anterior à de 1988 chegava ao cúmulo de negar o direito à herança às mulheres que eram infiéis aos seus maridos. As mulheres também não tinham o direito de processar seus maridos, mesmo quando eles agiam de forma violenta.” (BENJAMIN & MENDONÇA, 1997, p. 116)

Esse momento foi dedicado às mobilizações dos movimentos sociais e suas articulações no sentido da eleição de seus representantes. Além disso, foi demonstrada a trajetória das mulheres que vieram das organizações do Movimento de Mulheres Negras, Benedita da Silva, Lélia Gonzalez e Jurema Batista; e de que forma as mesmas se colocaram diante das demandas da comunidade negra, o que pensavam sobre o momento de se

redigir uma nova Constituição e da questão da mulher negra. Adiante será discutido precisamente o momento da Constituinte de 1988.

4.2 O protagonismo, as demandas, a interseccionalidade e as conquistas das mulheres negras do estado do Rio de Janeiro na Assembléia Nacional Constituinte de 1988

Thula Pires (2012) no contexto das mobilizações acerca da Constituinte de 1988 relata:

“um dos pontos de destaque da Constituinte que deu origem a atual Constituição brasileira é a efetiva participação popular no seu processo de elaboração. Não apenas a ampla maioria dos membros que a compuseram foi diretamente eleita em 1986, como também através de diversas instituições e movimentos sociais, as diferentes vozes constitutivas da sociedade tiveram possibilidade de levar demandas e participar das audiências públicas ocorridas no âmbito do Congresso Nacional.” (PIRES, 2012, p. 108)

Ainda seguindo o raciocínio de Thula Pires (2012):

“como resultado das articulações pré-constituinte e da incansável militância, vide os plantões permanentes nos arredores e corredores do Congresso Nacional, depois de inaugurados os trabalhos constituintes, foi criada a Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias.

De acordo com o Regimento Interno do Congresso Constituinte, seria 8 Comissões Temáticas, cada uma com 3 Subcomissões. Os projetos elaborados por elas seriam enviados à Comissão de Sistematização, responsável por redigir novo projeto a ser encaminhado à votação pelo Plenário da Constituinte, em dois turnos de votação, conforme previsão da Emenda nº 26 de 1985.

Os trabalhos constituintes foram iniciados em 1º de fevereiro de 1987 com a discussão do Regime Interno. As Subcomissões atuaram de 1º de abril a 25 de maio, as Comissões Temáticas finalizaram suas deliberações 15 de junho, enquanto a Comissão de Sistematização se estendeu até 30 de novembro do mesmo ano.

As propostas normativas apresentadas pela Subcomissão de Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias relacionavam-se às demandas defendidas na Convenção Nacional do Negro¹⁷.” (PIRES, 2012, p. 112, p.113)

¹⁷ Sobre a Convenção o Negro e a Constituinte representantes de 63 entidades compareceram em Brasília, nos dias 26 e 27 de agosto de 1986. Foi verificado que o documento foi assinado pelo Centro de Mulheres de Favela e Periferia, tendo como liderança Sandra Bello e também foi assinado pelo Conselho Nacional de Direito da Mulher (CNDM), tendo como integrante Benedita da Silva. Íntegra do documento disponível em <<http://www.institutobuzios.org.br/documentos/CONVEN%C3%87%C3%83O%20NACIONAL%20DO%20NEGRO%20PELA%20CONSTITUTINTE%201986.pdf>>, acesso em 01 novembro de 2015.

Referente à questão racial da população brasileira na época

“naquele momento os negros (pretos e pardos) representavam aproximadamente 46% do contingente populacional pátrio, foram eleitos apenas 11 (onze) representantes negros (SARMENTO: 2009) do total de 559 membros, ou seja, 2% dos constituintes”. (PIRES, 2015, p.108)

As professoras Lélia Gonzalez, professora do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio e militante dos movimentos negros e Helena Teodoro, coordenadora da Comissão Especial da Cultura Afro-Brasileira do Município do Rio de Janeiro, participaram da primeira audiência pública com o tema “O Negro e a Sociedade”. (PIRES, 2012).

Segundo Natália Santos “na primeira audiência sobre a temática racial, registra-se na ata a presença de 20 parlamentares. Além deles estavam presentes 15 representantes do Movimento Negro.”. (SANTOS, 2015, p. 81)

A seguir será abordada as falas das militantes negras, na perspectiva e no ativismo do feminismo negro nas audiências públicas. Durante a pesquisa foi constatado que essas mulheres aparecem somente na primeira audiência pública. Helena Theodoro (2015) ao inaugurar sua fala problematiza a questão da população negra brasileira

“na realidade, o negro brasileiro tem cidadania de segunda categoria. Ele não é apto para todos os atos da vida civil porque tem sempre o estigma, antes de doutor, antes de ser qualquer coisa, ele é negro” (SANTOS, 2015, p. 85)

Helena Theodoro (2015) a respeito das Constituições brasileiras anteriores afirma:

“Nós tivemos várias Constituições, todas elas pautadas em modelos estrangeiros. Nunca se parou para olhar para dentro, para dialogar com o povo e para pensar na realidade de uma Constituição que deveria ser uma Carta que regulasse a melhor maneira deste povo, neste aqui, neste agora e viver mais feliz e viver mais inteiro. E preciso que nós possamos entender isso.

Não é simplesmente o bem-estar de uns que estão no cume da pirâmide, mas o bem-estar de todos da maioria da população brasileira; que tem fome, que não tem emprego, que não tem respeito próprio e que não é respeitado pelo grupo. É preciso modificar isso, senão nós não vamos criar uma Nação.” (SANTOS, 2015, p. 86)

Ao concluir sua exposição Helena Theodoro (2015), deixa explícito o que o Movimento de Mulheres Negras no momento das mobilizações pré-constituente pautou em sua luta e em seus informativos (ANEXO III) sobre se fazerem representadas na política e a figura que as representavam na época era Benedita da Silva (NZINGA INFORMATIVO, 1988, p. 2): “eu acredito que seja a hora de lutarmos juntos. Um grupo luta aqui, como a Benedita, nossa representante, outro grupo como nós, ajuda, apoia, pressiona.” (SANTOS, 2015, p. 86)

Lélia González (2015) expõe a situação da população negra no tocante às legislações brasileiras:

“Desde as Constituições de 1934 e 1946, estão dizendo que todos somos iguais perante a lei. Nós queremos, sim, mecanismos de resgate que possam colocar o negro efetivamente numa situação de igualdade, porque, até o presente momento, somos iguais perante a lei, mas quem somos nós? Somos as grandes populações dos presídios, da prostituição, da marginalização no mercado de trabalho. Nós queremos, sim, que a Constituição crie mecanismos que propiciem um efetivo “começar” em condições de igualdade da comunidade negra neste País. (...) Nós não estamos aqui brincando de fazer Constituição. Não queremos essa lei abstrata e geral que, de repente, reproduz aquela história de que no Brasil não existe racismo, porque o negro reconhece o seu lugar. Nós queremos, efetivamente, que a lei crie estímulos fiscais para que a sociedade civil e o Estado tomem medidas concretas de significação compensatória, a fim de implementar aos brasileiros de ascendência africana o direito à isonomia nos setores de trabalho, remuneração, educação, justiça, moradia, saúde, e vai por aí afora.” (SANTOS, 2015, p.90)

Lélia González (2015) alerta para o fato mencionado anteriormente na primeira audiência pública sobre a temática racial:

“Gente, nós não somos iguais perante a lei, absolutamente, tanto que o sacrifício que fizemos para chegar até aqui, nós que somos a maioria da população brasileira, por que não está cheio de negros aqui? Por que esta Constituinte é tão plena de brancos e tem apenas uns gatinhos pingados de negro? Vamos refletir a respeito disso, e termos a seriedade de levar a fundo a questão de construir uma sociedade nova, uma Constituição que garanta o princípio da isonomia, senão, malandro é a velha heteronomia que nós já conhecemos desde 1500.” (SANTOS, 2015, p. 90)

Lélia Gonzalez demonstra a face interseccional da mulher negra na Constituinte, ao mencionar os povos indígenas:

“nós temos que estar aqui unidos sim; temos que ter coragem de nos ouvirmos sim e temos que ter, sobretudo, a coragem de ouvir aquele segmento da população brasileira, como segmento indígena, como o segmento feminino, que sempre foram objeto de na história, que nunca foram sujeitos da sua própria fala,

que agora assumem como sujeitos da sua fala, se assumem como sujeitos da sua história. É por isso que estamos aqui. Exigimos o respeito que exigem de nós. E a nossa solidariedade ela se dá na crítica, para que possamos crescer todos juntos. Muito obrigada. (Palmas). Só um detalhezinho: há uma diferença entre ser imigrante e ser escravo.” (SANTOS, 2015, p. 98)

Foi identificado nesse momento, a leitura de um artigo que estava presente num documento elaborado e encaminhado pelo Movimento Negro. Com o auxílio de Lélia González é feita a leitura do dispositivo para ensejar o debate entre os presentes (SANTOS, 2015):

“Homens e mulheres têm iguais direitos ao pleno exercício da cidadania, nos termos desta Constituição, cabendo ao Estado garantir sua eficácia formal e materialmente.

Parágrafo único: ficam liminarmente revogados todos aqueles dispositivos legais que contenham qualquer discriminação.

§3º o Art. 2º Todos são iguais perante a lei, que punirá, como crime inafiançável, qualquer discriminação atentatória aos direitos humanos.

§1º Ninguém será prejudicado ou privilegiado em razão de nascimento, raça, cor, estado civil, trabalho rural ou urbano, orientação sexual, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental, e qualquer particularidade ou condição.

No § 3º - Não constitui discriminação ou privilégios a aplicação de medidas compensatórias, visando à implementação do princípio constitucional da isonomia às pessoas pertencentes, ou grupos historicamente discriminados.” (SANTOS, p.98, p. 99)

Na visão de Natália Santos (2015) sobre esse fato

“Benedita da Silva afirma que privilégio no contexto de tal redação significaria prioridade e que se fazia importante incluir tal definição no texto constitucional uma vez que ela daria conta, para além do segmento negro, de outros grupos como deficientes físicos e crianças.

Alceni Guerra¹⁸, novamente pediu a palavra afirmando que sentia dificuldade de polemizar nos termos propostos por Benedita da Silva tanto porque cria que a redação do dispositivo estaria de fato concisa e perfeita quanto porque em opinião ‘ninguém estava disposto a enfrentar a metralhadora giratória que é Lélia Gonzalez.’” (SANTOS, 2015 p. 99)

Benedita da Silva (2015) na audiência publica fala sobre o machismo e o racismo na sociedade demonstrando mais uma vez a face da interseccionalidade do feminismo negro na Constituinte:

“Uma outra coisa que é importante colocar para a comunidade negra, é que na nossa batalha percebemos que está colocada para nós uma outra coisa que é muito forte, e que não foi tratada aqui, que é a questão do machismo da nossa

¹⁸ Alceni Guerra, parlamentar do PFL/PR, foi indicado para relator da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias.

sociedade. Nós enfrentamos isso a cada segundo, a cada instante. E não lutamos só contra a questão do racismo. O machismo é uma coisa muito forte e caminha. Eu penso que não haverá democracia, não haverá libertação se continuar a questão do machismo e do racismo. Pode ser que resolvamos, não apenas escrevendo na Constituição a situação do negro, mas não sei se resolvendo a situação do negro, resolvamos a situação do machismo, porque ele está em nós, é uma prática que está em cada um de nós. Se existiu o processo – e existe – do branqueamento, também existe esse processo do machismo, do qual não estamos livres. E ele se manifesta exatamente em um momento em que temos que justificar a cada momento, que os homossexuais, que a minoria, que o negro, que o indígena estão nessa Subcomissões porque elas tratam dessas questões.” (SANTOS, 2015, p. 104)

Em 1988, no Centenário da Escravidão, o Nzinga publica outro informativo (ANEXO V), visibilizando as propostas da “bancada negra na Constituinte” (SANTOS, 2015):

“As principais propostas dos Deputados Constituintes: BENEDITA DA SILVA (PT-RJ), CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA CAÓ (PDT-RJ), EDMILSON VALENTIM (PC do B-RJ) e PAULO RENATO PAIM (PT-RS). Esses parlamentares em suas campanhas junto ao Movimento Social e em particular o Movimento Negro se comprometeram em legislar levando em consideração a questão racial no Brasil, fazendo de suas vozes a voz do Movimento Negro ao desmascarar o mito da democracia racial, e assim vão derrubando as barreiras que nos impedem de exercer nossa cidadania. Eis alguns dos projetos-lei aprovados ou em discussão na Constituinte.

- inclusão da história geral da África e da história do negro no Brasil como matéria integrante das disciplinas de currículo escolar obrigatório.
- define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor a prática de racismo constitui crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- instituição do dia 13 de maio como “Dia Nacional de Denúncia contra o racismo.”
- feriado nacional dia 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e data consagrada pela comunidade afro-brasileira como “Dia Nacional da Consciência Negra.”
- proíbe o Brasil de manter relações diplomáticas com países que adotem políticas oficiais de discriminação racial.
- propõe o rompimento de relações do Brasil com a África do Sul e com outros países segregacionistas.
- assegura a categoria dos trabalhadores domésticos os direitos como: salário mínimo, irredutibilidade do salário ou vencimento, 13º, repouso semanal remunerado, férias anuais remuneradas, aviso prévio, além da integração à Previdência Social.” (NZINGA INFORMATIVO, 1988, p. 08)

Tendo em vista tudo o que foi exposto nesse capítulo, o objetivo central foi apresentar os debates que ocorreram na Constituinte e as políticas públicas pautadas pelas mulheres negras. Foi bastante interessante analisar o protagonismo das mesmas, a força e a lucidez quanto à questão

dos temas e a interseccionalidade da luta da mulher negra, em relação aos deficientes, indígenas, homossexuais. Para além disso, foi interessante perceber como as falas de Lélia Gonzalez intimidavam os deputados constituintes e desconstruía o ideal do mito da democracia racial, no sentido, de não haver um debate sobre o encaminhamento do Movimento Negro e sim, uma concordância com o dispositivo dizendo que o mesmo estava “perfeito” (SANTOS, 2015, p. 99), pois ninguém tinha argumento para “enfrentar a metralhadora giratória que era Lélia Gonzalez”. (Idem)

Outro fato importante foi em relação ao que Benedita da Silva (1997), relata em sua biografia, a respeito de sua atuação no congresso como representante não só da mulher negra, mas da empregada doméstica, da favela, dos homossexuais

“Naquela campanha para deputada federal, levantei outras questões: eu seria a voz do morro na Constituinte, mas também estaria representando outra classe social que havia se aproximado de mim durante meu mandato de vereadora e começava a fazer suas exigências. Sentia que tinha de representá-la, ao mesmo tempo em que tomava todo o cuidado para não perder as minhas origens. Passei a trabalhar a questão da família, da criança e do índio. Tive uma votação de mais de 25 mil votos (27.460).” (BENJAMIN & MENDONÇA, 1997, p. 88)

A respeito de sua atuação e da vitória da classe do trabalhador doméstico na Assembléia Nacional Constituinte, Benedita da Silva demonstra em sua biografia (1997)

“Uma conquista muito importante foi a regulamentação do trabalhador doméstico. Hoje, em dia, os trabalhadores domésticos têm direito ao salário mínimo, a férias, a licença-maternidade, a aposentadoria e ao décimo-terceiro salário.” (BENJAMIN & MENDONÇA, 1997, p. 77)

Para além disso, o Movimento de Mulheres Negras no Rio de Janeiro em sua articulação, deixou evidente a importância da eleição de deputados e deputadas constituintes representando os movimentos negros, como também publicavam na mídia impressa e estavam atentas a todos os processos do período. Nas figuras de Lélia Gonzalez, Benedita da Silva e Helena Theodoro suas demandas por direitos fundamentais básicos e críticas ao mito da democracia racial chegaram ao Congresso Nacional, e

muito bem representadas, se tornaram um marco na história da política e do ativismo nesse país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a trajetória percorrida ao longo desse trabalho, foi realizada uma descolonização do pensar acerca da constituição das Américas e ao mesmo tempo o reconhecimento do valor de cada etnia na formação da América Ladina, como conceitua Lélia Gonzalez (1988).

Para além disso, foi destacada a todo momento no decorrer do trabalho o protagonismo e a luta da mulher negra, não só na militância, mas na desconstrução do racismo epistêmico. A mulher negra fez suas teorias e falou cientificamente sobre o processo histórico de sua etnia, sobre arte, sobre diversos temas. Com isso, foi realizada uma opção descolonial e todo um levantamento de obras antissexistas, antirracistas, de homens e mulheres negras/os e brancas/os, na desconstrução dos paradigmas capitalistas, imperialistas e das diferentes formas de opressões. Ao mencionar a cor branca ou negra, em nenhum momento foi realizado um antagonismo, ou movimento anti-branco, e sim, num sentido da proposta da teoria de Ochy Curiel, de raça social, “entendida como a construção simbólica, cultural e, sobretudo política, que fez do biológico, estratégia aonde se sustenta o racismo.” (CURIEL, 2002, p. 97). Nesse sentido, Florestan Fernandes (2006) ao se referir ao mito da democracia racial e sobre o papel do branco e sua reeducação revela:

“é preciso que se compreenda que uma sociedade nacional não pode ser homogênea e funcionar equilibradamente sob a permanência de fatores de desigualdade que solapam a solidariedade nacional. Além disso, tem de evoluir para noções menos toscas e egoísticas do que vem a ser uma democracia.” (FERNANDES, 2006, p. 52)

Ao reconectar a história dos amefricanos com a ancestralidade da diáspora africana no trabalho, é descoberto que foi na resistência da mulher negra desde Nzinga, Aqualtune, Luiza Mahin, dentre outras; que a comunidade negra se manteve viva. Tanto que o nome dessas mulheres se

tornaria o nome dos grupos das mulheres negras organizadas, como Suzete Paiva disse “não era um grupo, era uma ancestralidade”.

No levantamento dos Movimentos de Mulheres Negras organizados do estado do Rio Janeiro nos anos 70 e anos 80 foi identificado que aquele era um momento propulsor dos movimentos sociais, tendo em vista o processo de redemocratização. Como também de que a população negra do Rio de Janeiro, especificamente a de favela, não tinha saneamento básico, passava fome, tendo que amarrar um pano na barriga para não se lembrar da miséria vivenciada dia após dia (BENJAMIN & MENDONÇA, 1997), ou seja, não tinha acesso ao que no Direito é denominado o mínimo existencial. A população fluminense de favelas e as crianças negras não tinham expectativa de vida. No tocante a questão organizacional foi verificada uma série de embates num primeiro momento tanto com o Movimento Negro tanto quanto com o Movimento Feminista, acerca das mulheres negras serem consideradas “divisionistas”, sendo que as mesmas só estavam sendo protagonistas de suas histórias e militância, uma militância e resistência que é ancestral.

Na participação nos encontros feministas tanto com as feministas tradicionais quanto com as feministas negras, aconteceram uma série de fatos e aprendizados acerca das condicionantes e derivações de ser mulher, na perspectiva de ser mulher, se tornar mulher negra, ser mulher de periferia, ser mulher de classe média, ser mãe, ser lésbica. E de como também eram protagonizados aqueles espaços, e caso o homem negro quisesse participar, era colaborando e cuidando das crianças nas creches. (LE MOS, 1997)

Nas mobilizações pré-constituente foi articulado militância com a promoção de encontros e documentos produzidos pelos movimentos negros. No estado do Rio de Janeiro, o Movimento de Mulheres Negras se organizou para explicar o que era a Constituinte na mídia impressa e em seus atos, como também na eleição de seus e suas representantes numa

conjuntura aliada aos movimentos negros. Benedita da Silva era uma figura muito importante nos anos 80 era mulher, negra e favelada (LEITE, 2009); da ressignificação que essas palavras implicam se tornou personificação das mulheres negras invisibilizadas diariamente e do Movimento de Mulheres Negras na Constituinte de 88, era “Bené, mulher negra e guerreira” (NZINGA, 1988, p. 02).

Na Constituinte de 1988, na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, especificamente nas audiências públicas: Benedita da Silva, Lélia Gonzalez e Helena Theodoro, foram as vozes e protagonistas, na militância institucionalizada e cotidiana. Nesse momento personificavam o feminismo negro, ao também pautarem os direitos do homem negro, dos indígenas, deficientes e homossexuais, pois a mulher negra, no viés interseccional se preocupa com o bem estar de todas e todos, já que quanto mais uma pessoa apresenta estigmas que a diferencia do modelo eurocêntrico, ela é marginalizada.

Por fim, com relação às políticas públicas na Constituinte, a vitória dos movimentos sociais, especificamente das mulheres negras, juntamente com a deputada constituinte Benedita da Silva foi a regulamentação do trabalhador doméstico (BENJAMIN & MENDONÇA, 1997), podendo ser observado no art. 7, parágrafo único, da publicação original da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988¹⁹. Essa profissão é de grande

¹⁹ Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

XV - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

valia para o Movimento de Mulheres Negras, pois é a profissão em que muitas mulheres negras se inserem ou estão inseridas no mercado de trabalho.

Desse modo, ao se pensar mulher negra e mulher negra na temática jurídica, especificamente na Constituinte, foi realizada uma historiografia demonstrando que da mobilização de atrizes e do Movimento de Mulheres Negras emergiu o ativismo e as políticas públicas. Desconstruindo o ideário da rigidez das leis e das instituições como fim em si mesmas, e evidenciando o acordo político que teve que ser feito nesse período de redemocratização com a população negra para que tivesse um projeto de nação e uma perspectiva de futuridade.

XXI - aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXIV - aposentadoria.

Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>, acesso em 05 de novembro de 2015.

6. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Lady Christina de. Autonomia e protagonismo: a experiência de intelectuais/ativistas negras brasileiras. In: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri (Orgs.). *O Movimento de Mulheres Negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2014. p. 107-122.

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema. *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. (organização) Jurema Werneck, Maisa Mendonça, Evelyn C. White; (tradução) Maisa Mendonça, Marilena Agostini e Maria Cecília MacDowell dos Santos. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000. p. 42-61.

BENJAMIN, Medea; MENDONÇA, Maisa. *Benedita*. Rio de Janeiro: Mauad, 1997. 189 p.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*: Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 965-986, set./dez. 2014.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Disponível em <<http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/sueli-carneiro/17473-sueli-carneiro-enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>>. Acesso em 04 nov. de 2015.

COTINS, Marcia. Azoilda Loretto da Trindade. In: CONTINS, Marcia. *Lideranças Negras*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005. p. 100-123.

CURIEL, Ochy. Identidades Esencialistas o Construcción de Identidades Políticas: El dilema de las feministas negras. *Otras Miradas*: Universidad de los Andes. Venezuela, nº 2, p. 96-113, dez. 2002.

PEREIRA, Amauri Mendes. Pedrina de Deus: militância e teoria em corpo e alma. In: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes (Orgs.). *O Movimento de Mulheres Negras*: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyla, 2014. p. 205-217.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007. 313 p.

GONZALEZ, Lélia. Movimento ou movimentos negros? In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos (Orgs.). *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 18-20.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, nº 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

HOOKS, bell. Intelectuais Negras. *Revista Estudos Feministas*: Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, n. 2, p. 464-478. 1995.

LEITE, Gabriela. *Filha, mãe, avó e puta*: A história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 192 p.

LE MOS, Rosália de Oliveira. *O feminismo negro em construção*: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1997. 185 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LEMOS, Rosália de Oliveira. A face Negra do Feminismo: problemas e perspectivas. In: WERNECK, Jurema. *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. (organização) Jurema Werneck, Maisa Mendonça, Evelyn C. White; (tradução) Maisa Mendonça, Marilena Agostini e Maria Cecília MacDowell dos Santos. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000, p. 62-67.

MNU JORNAL. Entrevista Lélia Gonzalez. *Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado*, Bahia, p. 8-9, maio. jun. jul. de 1991.

NOGUEIRA, Renato. Sambando para não sambar: afroperspectivas filosóficas sobre a musicidade do samba e a origem da filosofia. In: SILVA, Wallace Lopes (Org.). *Sambo, logo penso: afroperspectivas filosóficas para pensar o samba*. Rio de Janeiro: Hexis: Fundação Biblioteca Nacional, 2015, p.31-55.

NZINGA INFORMATIVO. Rio de Janeiro, p. 1-8, jul./ago. 1988.

PAULA, Rosangela de. O papel forte da mulher negra. *Jornal do Conselho da Comunidade Negra*, Rio de Janeiro, p. 13, abr./ maio de 1986.

PEREIRA, A.A. e ALBERTI, V. *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, 2007. 528 p.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. *Criminalização do Racismo entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social dos não reconhecidos*. Rio de Janeiro 2013. 274 p. Tese (Doutorado em Direito) - Departamento de Direito da PUC-Rio.

ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: HUNTLEY, Lynn; GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (Orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 237-256.

SANTOS, Natália Neris da Silva. *A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembléia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos*. São Paulo, 2015. 205 p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2015.

SILVA, Joselina. I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980. In: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes (Orgs.). *O Movimento de Mulheres Negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, 2014. p.13-39.

SCHUMAHER, Schuma. *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007. 495 p.

WERNECK, Jurema. Introdução. In: WERNECK, Jurema. *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. (organização) Jurema Werneck, Maisa Mendonça, Evelyn C. White; (tradução) Maisa Mendonça, Marilena Agostini e Maria Cecília MacDowell dos Santos. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000. p. 10-11.

SÍTIOS CONSULTADOS

<http://www.camara.leg.br/>

<http://blogueirasnegras.org/wp-content/uploads/2013/07/entrevista-lelia-mnu.pdf>

<http://www.projetomemoria.art.br/leliaGonzalez/>

FILMES/VÍDEOS

CULTNE ACERVO. **Lelia Gonzalez - 20 de Novembro de 1988, 2012.**

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BFvKcsLqJI>

CULTNE ACERVO. **I Encontro Nacional de Mulheres Negras – Pt 1, 2011.**

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VLib9atLXW0>

CULTNE ACERVO. **I Encontro Nacional de Mulheres Negras – Pt 2, 2011.**

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=orqNa-NTC58>

CULTNE ACERVO. **I Encontro Nacional de Mulheres Negras – Pt 3, 2011.**

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a5bEJyPW1qU>

CULTNE ACERVO. **VIII Encontro Feminista Latino Americano e do**

Caribe, 2011. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=UTMNtN2jOVs>

LOURENA, ALINE e FAUTISNO, AMANDA (Direção). **Tão Poucas ou**

Quase Nenhuma: Mulheres Negras na Política, 2015. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=-_q8nXRXXK9Q

SPIELBERG, STEVEN (Direção) e WALKER, ALICE (Autora). **A Cor**

Púrpura, 1985. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=nW9gu52Fv1E>

VAN PEEBLES, MARIO (Direção). **Panteras Negras, 1995.** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sKuyDdoo3NI>

ANEXOS

ANEXO I – INFORMATIVO DO INSTITUTO DE PESQUISA DAS CULTURAS NEGRAS

**INSTITUTO DE PESQUISA
DAS
CULTURAS NEGRAS**

Bolém Especial

PROGRAMA DO 2º SEMESTRE 1980

PALESTRAS E DEBATES às Sextas a partir das 20h.
(Em nossa Sede)

PRÓXIMO À PRAÇA CRUZ VERMELHA (RJ)

AGOSTO

15/08 — O Sindicalismo e a QUESTÃO RACIAL.
João Carlos — Pres. Sind. dos Petrolistas.
Carlos Alberto (Cabo) — Pres. Sind. dos Jornalistas.
Pimentel — Pres. Sind. dos Metalúrgicos.

22/08 — A Ineficiência da "Lei Afonso Arinos" no Combate à Discriminação Racial.
Dr. Seabra Fagundes — Pres. da OAB.

29/08 — O Negro e a Estrutura de Poder.
Prof. Pierre-Michel Fontaine
(Universidade da Califórnia — USA.)

SETEMBRO

5/09 — Os Partidos Políticos e a QUESTÃO RACIAL.
Deputado Modesto da Silveira — PMDB — RJ.

12/09 — Os Partidos Políticos e a QUESTÃO RACIAL.
Deputado Miro Teixeira — PP — RJ.

19/09 — Os Partidos Políticos e a QUESTÃO RACIAL.
Deputado José Eudes e Apolinário de Carvalho — PT — RJ.

25/09 — Os Partidos Políticos e a QUESTÃO RACIAL.
Deputado Célio Borja — PDS — RJ.

NOTA: Aos sábados, de setembro em diante serão programados filmes documentários, todos abordando problemas sociais tais como: "Ascensão da Violência", "Os Boias Frias", "Os Condenados" e outros de escolha do Grupo de Mulheres AQUALTUNE e CINECLUBE 1967.

PARTICIPE DO MOVIMENTO NEGRO

ASSOCIE-SE AO INSTITUTO DE PESQUISAS DAS CULTURAS NEGRAS
Av. Marechal, 108

Se é sábio, compareça à sede, analise sua mentalidade, mantenha suas ideias vivas em programas culturais e participe do processo de conscientização. Não fique al parado!

Participe das PALESTRAS. Tenha parentes e amigos. Não deixe de comparecer. A luta contra o RACISMO exige que você combata primeiro dentro de si para saber depois como combater no LPON — Av. Marechal nº 208 — Pça Cruz Vermelha.

OUTUBRO

3/10 — Racismo e o Controle de Natalidade.
Dr. Mário Vinha de Anjos Pacheco — da AMEM.

10/10 — Quem é o Povo no Brasil?
Prof. Nelson Werneck Souto.

18/10 sáb. QUESTÃO RACIAL — Um caso de aplicação concreta do método marxista.
Prof. Raimundo Sabará — UFMG.

24/10 — Os Problemas das Nacionalidades Oprimidas.
Jacobs Gorenstein.

31/10 — Brasil/Africa — Relação Sul/Sul.
Prof. José Maria Gomes Pereira — C.E.A.A.

NOVEMBRO

7/11 — Desigualdades Raciais no Brasil.
Prof. Carlos Haenrich — UPERJ.

21/11 — República das Palmares versus Sistema Escravista.
Décio Freitas.

28/11 — A Ocupação da Amazônia.
Luiz Carl — Prateres.

DEZEMBRO

5/12 — A QUESTÃO RACIAL e os Maralhas Brasileiros.
Florescer Fernandes.

12/12 — Tem a confirmar.

ANEXO II - CAPA DO INFORMATIVO NZINGA E SUAS PARTICIPANTES



ANEXO III – EDITORIAL DO INFORMATIVO NZINGA DEMONSTRANDO A AGENDA DO GRUPO E A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE DE BENEDITA DA SILVA NA POLÍTICA E NA CONSTITUINTE

285
NZINGA

Editorial

Para nós mulheres negras é no mínimo instigante que no ano do Centenário da Abolição da Escravidão, quando o Movimento Negro é reconhecido nacional e internacionalmente como força política emergente, alguns membros deste Movimento saiam a público conclamando as mulheres negras a não desenvolverem uma luta a parte.

A tese de que a questão prioritária é a luta de classes, e que os problemas específicos das mulheres, dos negros, dos homossexuais e da ecologia são questões menores, tem servido fundamentalmente para a manutenção da sociedade patriarcal, racista, machista e predatória da natureza.

O Movimento Feminista surge a partir do momento em que nós mulheres percebemos que tudo que nos foi ensinado como sendo natural da condição feminina, é resultado de fatores socio-culturais, devendo portanto ser entendido como questões de natureza política.

Adriana Santa Cruz do MUJER-FEMPRESS, revista feminista para a América Latina, avaliando a Década da Mulher (1975-1985) na continente latinoamericano afirmou que "...é trágico que em muitos lugares continue sendo um segredo à boca pequena ou apenas domínio de grupos organizados de mulheres as agressões e estupro sofridos massivamente pelo chamado sexo fraco; o fato de que milhões de mulheres pobres morrem por abortos improvisados, sem as mínimas condições de higiene; que não é "lei divina" que as mulheres tenham que arcar com todos os afazeres domésticos, mesmo quando trabalham fora e recebem menor remuneração; que as leis estabeleçam que o homem é o "chefe" da família, mesmo levando em consideração que em vários países da região mais de 50% dos lares são encabeçados por mulheres..." A percepção destes fatores é que gerou os processos de organização e tomada de consciência das mulheres sobre seus problemas específicos.

No Brasil, o avanço do Movimento de Mulheres desde 1975, pode ser avaliado na participação cada vez maior de mulheres nos IX Encontros Nacionais Feministas, na criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e de mais 26 Conselhos Estaduais e Municipais com a mesma finalidade e das Delegacias de Mulheres. Estas organizações caminham no sentido de sensibilizar setores nacionais, a fim de formularem-se políticas públicas que visem a reduzir as desigualdades entre homens e mulheres na nossa sociedade, na medida em que estudos tem comprovado que quanto mais organizadas as mulheres maior o atendimento as suas reivindicações.

Quanto ao Movimento Negro, que ressurge com mais força a partir da década de 1970, num período em que a repressão fechou os canais de participação política (sindicatos, entidades estudantis, partidos políticos, entidades profissionais e outros), vem ampliando consideravelmente sua área de atuação no processo de denúncia da exploração, opressão e discriminação por que passa a população negra no Brasil, e no aprofundamento das reflexões sobre a particularidade que nos transforma, por sermos negros, em vítimas da exploração racial, além da exploração de classe.

Enquanto Grupo de Mulheres Negras, nós do NZINGA entendemos a necessidade da nossa articulação com o Movimento de Mulheres e com o Movimento Negro, na medida em que os debates, as reflexões e o embasamento que norteiam nossa atuação devem estar centrados em dois eixos: o primeiro – a questões do Gênero: SOMOS MULHERES – e como tal submetidas à discriminação sexual por que passam todas as mulheres, independente de raça, etnia, classe social ou credo religioso. O segundo – a questão da Etnia: SOMOS NEGRAS – e o que nos diferencia das demais mulheres não é só a cor da pele mas a IDENTIDADE CULTURAL. E é para resgatar esta identidade de MULHER NEGRA, que precisamos nos organizar a parte sim. Aprofundar as questões específicas, perceber onde, como e quando somos oprimidas e partindo deste específico participarmos mais fortalecidas da luta geral.

O que está em discussão na realidade é o espaço em que cada um deseja atuar. E nós do NZINGA, optamos por trabalhar com as questões da Mulher Negra. E é por acreditar nisto que estamos participando efetivamente da organização do I ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS, idéia lançada por um grupo de mulheres negras presentes ao IX Encontro Nacional Feminista, na cidade de Garanhuns (PE), em setembro de 1987. Entre os objetivos do Encontro está "...a elaboração de propostas políticas que façam avançar a organização das mulheres negras, colocando para o mundo a existência do Movimento de Mulheres Negras no Brasil de forma unitária e diferentes vertentes políticas".

E ainda, por acreditar nisto é que nós estaremos no dia 2 de dezembro, no Encontro Nacional, em algum lugar do Rio de Janeiro.

Mulheres negras e guerreiras

Benedita da Silva

BENEDITA DA SILVA, 46 anos, auxiliar de enfermagem, professora, assistente social, líder comunitária, evangélica, participante dos movimentos negros, de favelas e mulheres.

Nascida na Praia do Pinto, no Rio de Janeiro, mudou-se criança ainda, para o Morro do Chapéu Mangueira, favela do Leme, onde mora até hoje.

Conviveu desde o nascimento com as dificuldades imensas que têm as comunidades e as pessoas pobres de simplesmente sobreviver física, política e culturalmente.

Mulher sensível, Benedita da Silva, a BENÊ, partiu para o fortalecimento da união de sua gente.

Professora da escolinha comunitária, onde alfabetizou a criançada, organizadora de mulheres do morro através do Departamento Feminino da Associação de Moradores, diretora desta mesma Associação por quatro vezes, fundadora, também do Departamento Feminino da antiga FAFEG, hoje FAFERJ, entidade que congrega as Associações de Moradores de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, participante ativa do I Encontro de Mulheres de Favelas e Periferias.

Lançada como candidata a Vereadora pelo Partido dos Trabalhadores, foi eleita e seu mandato foi voltado para o atendimento das reivindicações dos movimentos sociais. Convidada, várias vezes, para, no exterior, falar dos problemas e das possíveis soluções nas favelas, presença marcante na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em hora nenhuma deixou de ser a BENÊ do Chapéu Mangueira.

Liderança autêntica, surgida das bases, para mulher é igual a milhares de outras por esse Brasil afora, nas favelas, nos sindicatos urbanos e rurais, no movimento negro, no movimento de mulheres, nas associações de moradores que lutam pelo direito de participar nas decisões políticas, pelo direito de eleger agora o Presidente da República, pelo direito de amar com liberdade e com liberdade serem donas de seus úteros, pelo direito de construir uma sociedade humana, justa e fraterna.

Deputada Federal Constituinte, primeira Mulher Negra a se eleger para o Congresso Nacional, 1ª Suplente de Secretário da Mesa da Assembleia Nacional Constituinte, participou na condição de membro efetivo, da Subcomissão dos Negros, Populações indígenas e Deficientes, Físicos e da Comissão da Ordem Social da Assembleia Nacional Constituinte. Indicada para membro da Comissão Nacional de Mulheres do PT.

Benedita – Mulher Negra
Benedita – Mulher Negra e Guerreira

2
Axé

ANEXO IV - INFORMATIVO DO NZINGA DESTACANDO OS PARLAMENTARES QUE REPRESENTAVAM O MOVIMENTO NEGRO NA CONSTITUINTE E SUAS PROPOSTAS

06V

NZINGA

Aconteceu... acontecendo...

- Foram empossados os novos Conselheiros do Conselho Municipal de Defesa do Negro, dia 14 de julho p. passado no Palácio da Cidade.
- O MUDAR – Mulheres por um Desenvolvimento Alternativo – está realizando entre julho e dezembro deste ano uma série de debates e mesas redondas sobre: a Mulher e a Crise; A Crise e Movimentos de Mulheres e Visões de Futuro. Informações pelo telefone: (021) 246-1830.
- Uma mostra comemorativa dos 44 anos do Teatro Experimental do Negro, pôde ser vista na exposição realizada entre 28 de junho e 10 de julho p. passado no Teatro Glauce Rocha. A organização foi do Ministério da Cultura e do Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura.
- Entre os eventos que marcaram os 70 anos do líder sul-africano Nelson Mandela, em prisão perpétua há 26 anos por combater o apartheid, aconteceu o debate "MULHER NEGRA E O APARTHEID" no Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. A promoção foi da Comissão Organizadora do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras.
- O Centro de Cultura Negra do Espírito Santo realiza entre os dias 21 e 22 de outubro a Mostra da Música de Origem Africana. Informações e Inscrições: Caixa Postal 2363 CEP 29.000 Vitória – ES
- Os Comitês do Movimento Negro do Rio de Janeiro fizeram seu 1º Encontro. A reunião aconteceu no CIEP Geraldo Reis no Gragoatá em Niterói RJ dia 9 de julho p. passado. Na pauta: Encontro de Negros do Rio de Janeiro, Seminário, 20 de Novembro.
- O ALAAFIN AIYÉ comemorou seu 1º aniversário dia 15 de julho p. passado. A festa foi no Renascença Clube.
- O livro "CLEMENTINA CADÊ VOCÊ" de Olga de Jesus foi apresentado no Espaço Cultural Sérgio Porto, dia 13 de julho p. passado. A organização foi da Comissão de Negros do PCB/RJ.
- A Associação dos Moradores do Morro da Candelária (Manguieira) convida para a FESTA DA CULTURA. Durante o dia 14 de agosto vai rolar Araketo, Serginho Meriti e sua banda, Folias de Reis, Danças, Poesia e etc... O endereço é Av. Bartolomeu de Gusmão, 1.100 São Cristóvão. Ônibus 284. Tels 264-7742 ou c/Arruda 228-2271.
- Dias 22 e 23 de setembro a ANPOCS realizará debates sobre a Força de Trabalho Feminina. Informações e inscrições com Andréa, tel.: (021) 590-1191
- A nova diretoria do Centro Cultural São Sebastião tomará posse dia 13 de agosto às 21 horas. A festa será na Quadra da Escola Santos Anjos na Av. Borges de Medeiros, 699 – Leblon – Rio de Janeiro.
- O coquetel de lançamento do livro "COMO TRABALHAR COM MULHERES", será dia 09 de agosto às 19:30 minutos., na Livraria Rio Market – Praia de Botafogo, 228 – Lj 110 – Centro Empresarial Rio. Quem convida é o Coletivo FEMPRESS e Editora Vozes.
- A Comissão Organizadora do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras convida para "MULHER NEGRA FAZ A FESTA", dia 27 de agosto no Sindicato dos Metalúrgicos. Rua Ana Néri, 152 – São Cristóvão.
- Aconteceu em Volta Redonda dias 30 e 31 de julho, o II Encontro Estadual de Conscientização e Cidadania Negra. O evento que se insere nas atividades do Governo do Estado, ligadas ao Centenário da Lei Áurea, contou com a presença de representantes do Movimento Negro do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Na pauta: debates, projeção de vídeo e slides sobre a questão negra, apresentação de grupos de dança afro e de uma peça teatral.
- Encerram-se dia 31 de agosto o prazo de inscrição para o concurso "O ENCONTRO É NACIONAL E O CONCURSO TAMBÉM", promovido pela Comissão Executiva do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras, para a escolha do cartaz que dará identidade visual ao Encontro. Se você desenha, ou conhece alguma amiga que desenhe, contatar: Agnes, Rua Franklin Roosevelt, nº 39 sala 713. CEP 20021 Rio de Janeiro - RJ. Telefone: (021) 220-5128.
- O CENTRO DE ESTUDOS E DIVULGAÇÃO DAS CULTURAS NEGRAS convida para o Debate Racismo no Sistema Escolar Brasileiro" que se realizará no dia 17 de agosto às 16 horas, no Teatro Artur Azevedo, à rua Vitor Alves, 454, em Campo Grande.
- Foi lançado o Comitê SOS – Maria Celsa, dia 10/08 às 13h. na Sala de Imprensa da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, com a finalidade de angariar fundos para uma cirurgia plástica, em razão de ter sido queimada e desfigurada pelo namorado.

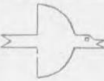
O que andam fazendo nossos deputados negros

O NZINGA não pretende aqui e agora analisar o Projeto de Constituição, nem o processo Constituinte e sim registrar as principais propostas e intervenções dos Deputados Constituintes: BENEDITA DA SILVA (PT-RJ), CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA CAÓ (PDT-RJ), EDMILSON VALENTIM (PC do B-RJ) e PAULO RENATO PALM (PT-RS). Esses parlamentares em suas campanhas junto ao Movimento Social e em particular ao Movimento Negro se comprometeram em legislar levando em consideração a questão racial no Brasil, fazendo de suas vozes a voz do Movimento Negro, ao desmascarar o mito da democracia racial, e assim vão derrubando as barreiras que nos impedem de exercer nossa cidadania. Eis alguns dos projetos-de-lei aprovados ou em discussão na Constituinte.

- inclusão da história geral da África e da história do negro no Brasil como matéria integrante das disciplinas de currículo escolar obrigatório.
- define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor a prática do racismo constitui crime inafiançável, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- instituição do dia 13 de maio como "Dia Nacional de Denúncia contra o racismo."
- feriado nacional dia 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi dos Palmares e data consagrada pela comunidade afro-brasileira como "Dia Nacional de Consciência Negra."
- proíbe o Brasil de manter relações diplomáticas com países que adotem política oficiais de discriminação racial.
- propõe o rompimento de relações do Brasil com a África do Sul com outros países se gregacionistas.
- assegura a categoria dos trabalhadores domésticos os direitos como: salário mínimo, irredutibilidade do salário ou vencimento, 13º, repouso semanal remunerado, férias anuais remuneradas, aviso prévio, além da integração à Previdência Social.

NOTA DE FALECIMENTO:

Após o fechamento do jornal, recebemos a notícia do falecimento da companheira Marlene, do André Rebouças-RJ.

	Correspondência:	
	NZINGA Coletivo de Mulheres Negras	Caixa Postal, 2073 Rio de Janeiro - RJ Brasil - CEP.: 20001

ANEXO V – PÁGINA Nº 7 DO JORNAL FRENTE NEGRA DO RIO DE JANEIRO E NOTÍCIAS A RESPEITO DA REUNIÃO DE MULHERES NO IPCN E SOBRE 1º ENCONTRO DE MULHERES DE FAVELAS E PERIFERIA

de
C

universa-
luto de
gras -

ontra o
cultura
dia, foi
pelo ani-
tamente
amento
ro" de
além da
olvendo

As mulheres negras...

Existe hoje um grupo de Mulheres Negras, que se reúne no IPCN todas as quartas-feiras, para discutir a questão da mulher. Dela participam cerca de trinta mulheres. O Grupo foi fundado em julho do ano passado com a preocupação de organizar as mulheres para participar da 1ª Convenção Nacional do Movimento Negro. Ampliou-se e em março último organizou o 1º Encontro de Mulheres Negras do RJ.

x x x

Será realizado em Lima no Peru, o 11º ENCONTRO FEMINISTA LATINO AMERICANO E DO CARIBE, de 19 a 22 de julho de 1983. Foram convidadas a participar do Encontro as companheiras Adélia Azevedo dos Santos, Abigail Paschoa e Jurema da Silva, todas do Movimento Negro.

x x x

1º ENCONTRO DE MULHERES DE FAVELAS E PERIFERIA

Pela primeira vez as mulheres das Favelas e Periferias, realizaram um Encontro. O mesmo aconteceu no dia 03/04/ no Clube Municipal.

No primeiro encontro discutiu-se questões como saúde, educação, trabalho, violência, etc. Apresentadas em Assembleias preparatórias em diversos bairros.

O resultado do encontro foi a apresentação de um conjunto de reivindicações, tirado pelas mulheres, que representam os fatores principais de sua discriminação na sociedade como também uma estratégia de como encaminhar a resolução de tais reivindicações.

LEIA
nossas
Publicações

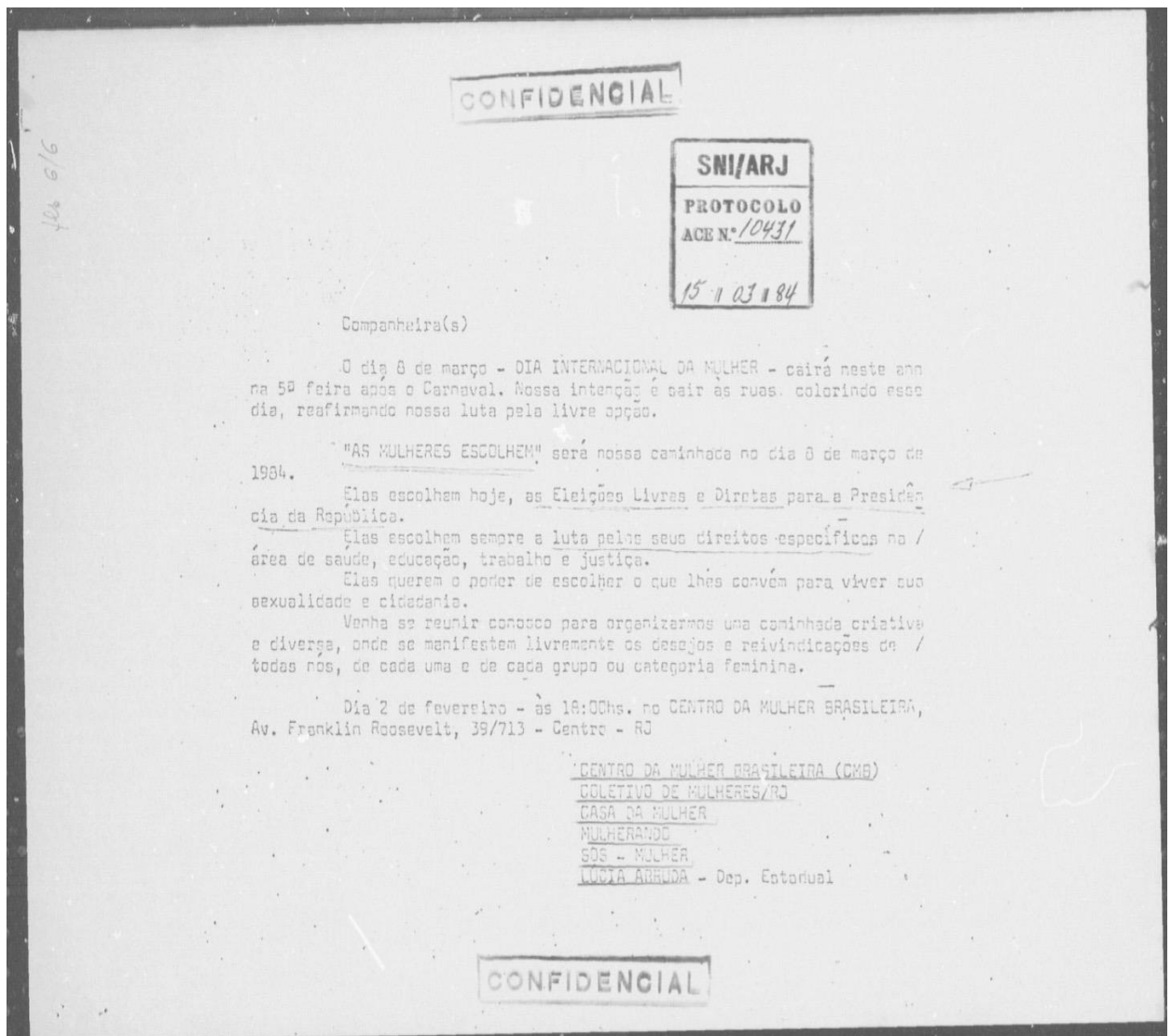
A venda

no IPCN.

ANEXO VI – CAPA DO JORNAL FRENTE NEGRA DE 1983 ONDE A VEREADORA BENEDITA APARECE APOIANDO O 1º ENCONTRO DE MULHERES DE FAVELAS E PERIFERIA



ANEXO VII - PANFLETO DO DIA 08 DE MARÇO DE 1984, DIA INTERNACIONAL DA MULHER, ENCONTRADO NUM DOCUMENTO CONFIDENCIAL DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES AGÊNCIA RIO DE JANEIRO, EVIDENCIANDO A PARTICIPAÇÃO DO NZINGA - COLETIVO DE MULHERES/RJ



**ANEXO VIII – FOTO RETIRADA DO ACERVO DE LÉLIA GONZALEZ
SOBRE A NOMEAÇÃO DE LÉLIA GONZALEZ E BENEDITA DA SILVA
PARA O CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER**

O GLOBO Terça-feira, 3/ 9/ 85

Direitos da mulher: Sarney nomeia Conselho

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney designou ontem as componentes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que terão mandatos de dois e quatro anos. Foram indicadas a Deputada Ruth Escobar, a Senadora Eunice Michiles, a Socióloga Lélia Gonzalez, as professoras Ruth Cardoso, Maria da Conceição Tavares e Rose Marie Muraro, a escritora Marina Colassanti, a Cineasta Tisuki Yamasaki, e Jaqueline Pitanguy, além da Vereadora Benedita da Silva e Deputada Cristina Tavares.